



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**



**JOSÉ CLAUDIVAN ROCHA MENDES**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUTO NA POLÍTICA: JOÃO PESSOA (1930),  
JUSCELINO KUBITSCHKE (1976), EDUARDO CAMPOS (2014).**



**CAJAZEIRAS-PB**

**2018**

**JOSÉ CLAUDIVAN ROCHA MENDES**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUTO NA POLÍTICA: JOÃO PESSOA (1930),  
JUSCELINO KUBITSCHEK (1976), EDUARDO CAMPOS (2014).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, como requisito para a obtenção de nota na disciplina TCC.

**Orientadora:** Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa

**CAJAZEIRAS-PB**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

M538r Mendes, José Claudivan Rocha.  
A resignificação do luto na política: João Pessoa (1930), Juscelino Kubitschek (1976), Eduardo Campos (2014) / José Claudivan Rocha Mendes. - Cajazeiras, 2018.  
88f. : il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.  
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Política - Brasil - história. 2. Luto. 3. Relações de poder. 4. Político - morte. 5. Eleições. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 32(81)(091)

**JOSÉ CLAUDIVAN ROCHA MENDES**

**A RESSIGNIFICAÇÃO DO LUTO NA POLÍTICA: JOÃO PESSOA (1930),  
JUSCELINO KUBITSCHKEK (1976), EDUARDO CAMPOS (2014).**

APROVADO: 05/12/2018

**COMISSÃO EXAMINADORA**



Prof.ª Dr.ª Silvana Vieira de Sousa (Orientadora)  
Universidade Federal de Campina Grande – (UACS/CFP)



Prof.º Ms. Francinaldo de Souza Bandeira (Examinador)  
Universidade Federal de Campina Grande – (UACS/CFP)



Prof.ª MS. Nadja Claudinale da Costa Claudino (Examinadora)  
Rede Estadual de Ensino – (SEE/PB)

Prof.º Dr. Osmar Luiz da Silva Filho (Suplente)  
Universidade Federal de Campina Grande – (UACS/CFP)

**CAJAZEIRAS-PB  
2018**

Dedico este trabalho ao meu avô materno, **Antônio Rocha** (*in memoriam*), mesmo partindo quando eu estava com poucos meses de vida, se tornou meu exemplo de homem honrado e orgulho que carrego por toda vida. E ao meu irmão **Francisco Cleber**, carinhosamente chamado de Chiquin (*in memoriam*), orgulho e saudades resume o que sinto, na minha memória sempre estarás vivo.

## **AGRADECIMENTOS:**

A Deus, o único sentido para minha existência. O sofrer de vida que habita em mim.

A Maria Santíssima por me proteger de todo mal.

Agradeço aos meus pais, Francisca Rocha e Damião Mendes. Em especial a minha mãe por ser o meu porto seguro, meu apoio e a certeza que dar para continuar e buscar dias melhores. Meu exemplo de vida e a melhor pessoa que conheço na minha vida.

Ao meu pai dedico também gratidão por me ceder a sua moto Honda BIZ. A minha paixão azul, sem ela a minha trajetória para universidade não seria tão bonita.

Agradeço a todos os meus irmãos – Cláudio, Claudenor, Claudione, Claudioaldo, Francisco Cleber (*in memoriam*). Cada um em seu próprio tempo me ajudaram e me apoiaram nessa caminhada. Os quais não posso deixar de destacar, Claudioaldo por seu apoio incontestável. Sempre lembrarei das suas caronas de todos os dias no início do 1º Período. A Claudione, por ser por vezes a palavra imediata que busco, o apoio e exemplo quando preciso.

Aos meus tios. Zé Rocha (*in memoriam*) e José Almir, mas conhecido por Chinha. Ao primeiro, por ser meu exemplo como professor e pelos conselhos dados enquanto estive conosco. Ao segundo minha gratidão pelo o apoio nas horas que precisei e por mim dar condições por vezes, de continuar.

A minha orientadora, a professora Silvana Vieira de Sousa, só tenho gratidão para expressar, obrigado pela paciência e dedicação de sempre, pelo conhecimento passado e pelo exemplo acadêmico humanitário que se tornou para mim.

Aos professores que me formaram. Isamar Lobô, Sérgio, Ana Cristine, Hélio, Rosilene Melo, Valéria Borba, Uelba, Osmar, Rodrigo Ceballos, Ana Rita, Rubismar, Laércio, Jonatha, Joachin Melo, Rosimere, Francinaldo, Francisco (Neto) e Silvana. Dedico especial agradecimento a Rodrigo Ceballos, o primeiro orientador que tive e quem me iniciou na pesquisa e na paleografia. A Osmar, o segundo orientador que passei e que me despertou um olhar mais sensível para as discussões em torno da cidade como temática. A Neto pelas contribuições em Projeto de Pesquisa e a Isamar por ser um conselheiro no meio acadêmico quando precisei, seu apoio foi e é muito importante para mim.

A todos os funcionários da UFCG, da Biblioteca a Coordenação de História. Do porteiro a secretária. Não citarem nomes, porque seria inevitável não esquecer de ninguém. Mas deixo meu agradecimento em especial a Seu Gilberto além de porteiro, um amigo que ganhei.

A minha turma 2013.2 pelas amizades formadas, pelo conhecimento juntos conquistados e por serem a lembrança boa que quero carregar. A cada um de vocês minha gratidão.

Agradeço aos amigos de curso pela amizade dos corredores e pelo o apoio que me deram na graduação. Em especial a Alexsandro, Andrade, Antônio Marcos, Aucilon, Lucas Fernandes, Josélio, José Carlos, Rafael, Auziélia, Fernanda Heloísa, Vanessa, Jéssica, Naiane e Naiara. Gratidão resume o meu sentimento por todos.

Grato a Alexsandro pela amizade sincera, pelas conversas “filosóficas” nos corredores da UFCG e pelo apoio moral quando precisei.

A meu amigo de todas as horas Aucilon Barreto. Obrigado por acreditar em mim e por ser essa pessoa de bom coração e disposto a ajudar, sua amizade foi e é muito importante para mim.

A Josélio meu amigo, antes mesmo de entrar na universidade. Grato pelo apoio e amizade de sempre.

A Fernanda Heloísa, deixo além de minha gratidão, minha admiração pela historiadora “direita” que está se tornando e pela amiga que és.

A Vanessa, grato pelo apoio e pela palavra amiga nas horas certas. Uma surpresa boa que a universidade me propiciou.

A minha querida amiga Naiara, minha “cúmplice” e parceira na UFCG. Minha admiração por você de repente... se fez poesia e só aumentou durante a graduação. Sempre presente quando precisei e disposta a ajudar, me fez crescer como pessoa e como acadêmico. Que Deus te abençoe em seu caminhar. Obrigado!

Com carinho, deixo a Naiane minha gratidão por tudo e por todos os momentos que compartilhamos na universidade. Sua amizade me melhorou como pessoa. Você foi e é minha primeira lembrança na UFCG. Quando fui fazer minha matrícula no curso de história e te vi, não imaginava a importância que você teria na minha vida pessoal e acadêmica, por isso só tenho a agradecer a Deus e pedir que te abençoe sempre. Obrigado!

À banca examinadora, composta por Silvana Vieira, Francinaldo Bandeira e Nadja Claudino. Pela disponibilidade de ler e avaliar esse trabalho, contribuindo assim para a minha formação.

A todos não tenho mais palavras para expressar a importância de cada um em minha trajetória acadêmica, só me resta a GRATIDÃO! Por tudo.

*E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. **Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte.** Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.*

**(Getúlio Vargas)**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o uso político da morte de três personagens históricos do Brasil: O ex-presidente da Paraíba, João Pessoa (1930). O ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek (1976) e do candidato a presidência da república a época de sua morte, Eduardo Campos (2014). Portanto, buscamos entender o uso do luto como estratégia de ressignificação política, de apropriação de discursos e lugares da memória em favor de ideais eleitorais. A morte inesperada seja ela natural ou acidental, por motivos políticos ou pessoais se transformam em palco do teatro do poder. Na metodologia utilizaremos de forma qualitativa os diversos veículos da imprensa – jornais, revistas, portais da internet e afins, além das redes sociais. Por exercerem seu papel de destaque, ora utilizada como ferramenta de propaganda política, ora censurada, ou mesmo buscando a imparcialidade, dependendo do contexto que se vivência. Ao mesmo tempo que noticiam os fatos, enaltecem sua trajetória e corroboram para narrativa de seus aliados e herdeiros políticos, como exemplo de homem honrado e político a ser lembrado, o legitimando por meio da comoção nacional e da tentativa de construção do mártir em um político *in memoriam*, só os seus bons atos interessam. Buscamos entender o contexto da época da morte, o que representavam no cenário político vigente e o uso de seus atos de outrora para legitimar uma revolução, levante ou vitória nas eleições.

**Palavras-chave:** Luto; História Política; Relações de Poder; Paraíba; Brasil.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the political use of the deaths of three historical characters of Brazil: former President of Paraíba, João Pessoa (1930). The former President of Brazil, Juscelino Kubitschek (1976) and the presidential candidate of the Republic the time of your death, Eduardo Campos (2014). Therefore, we seek to understand the use of grief as a strategy of resignification of appropriation of policy speeches and places of memory in favor of ideals. The unexpected death whether accidental or natural, political or personal reasons are transformed onstage of the theater of power. In the methodology we use qualitatively the various vehicles of the press – newspapers, magazines, websites and the like, in addition to the social networks. For exercising your role, now used as a toll of political propaganda, sometimes censored or even seeking fairness, depending on the context that experience. At the same time that advertise, enhance your career and support for narrative of his allies and political heirs, as an example of honorable man and politician to be remembered, the legitimized through the national uproar and the attempted construction of martyr in a politician in memoriam, only their good deeds. We seek to understand the context of the time of death, which represented the current political scene and the use of their acts of yore to legitimize a Revolution, lift or victory in the elections

**Keywords:** Mourning; Political History; Power Relations; Paraíba; Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01</b> – O último retrato de João Pessoa.....	31
<b>FIGURA 02</b> – Almoço de Campanha da Aliança Liberal.....	37
<b>FIGURA 03</b> – Os retratos de Getúlio Vargas e João Pessoa, noticiando o dia das eleições (1930) .....	41
<b>FIGURA 04</b> – Divulgação dos resultados das eleições de 1930, na Paraíba 01.....	42
<b>FIGURA 05</b> – Divulgação dos resultados das eleições de 1930, na Paraíba 02.....	42
<b>FIGURA 06</b> – Repercussão da morte de João Pessoa, ao mesmo tempo que o associam a imagem de Getúlio Vargas.....	46
<b>FIGURA 07</b> – Juscelino Kubitschek saúda o povo na inauguração de Brasília.....	53
<b>FIGURA 08</b> – Capa da Revista Fatos e Fotos Gente: O Brasil Chora JK.....	56
<b>FIGURA 09</b> – João Goulart, Carlos Lacerda em encontro da Frente Ampla.....	58
<b>FIGURA 10</b> – Cortejo da morte de Juscelino Kubitschek.....	61
<b>FIGURA 11</b> – Eduardo Campos pousa olhando para o horizonte, foto para campanha.....	69
<b>FIGURA 12</b> – Eduardo Campos e seu avô Miguel Arraes.....	71
<b>FIGURA 13</b> – Velório de Eduardo Campos, destaque para a família e Marina Silva.....	75
<b>FIGURA 14</b> – Eduardo Campos e Marina Silva em campanha.....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BBC – British Broadcasting Corporation. (Brasil)

CEV/SP – Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”.

CNV – Comissão Nacional da Verdade.

CNVVH – Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística.

PHS – Partido Humanista da Solidariedade.

PPL – Partido Pátria Livre.

PPS – Partido Popular Socialista.

PRM – Partido Republicano Mineiro.

PRP – Partido Republicano da Paraíba. (1930)

PRP – Partido Republicano Paulista. (1930)

PRP – Partido Republicano Progressista. (Atual)

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PSD – Partido Social Democrático.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PST – Partido Social Trabalhista.

PT – Partido dos Trabalhadores.

REDE – Rede Sustentabilidade.

PV – Partido Verde.

USP – Universidade de São Paulo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	17
<b>SITUANDO O OBJETO: O LUTO POLITICO UMA TEMATICA DO SOCIAL</b> .....	17
1.1. A ressignificação do luto na política: uma reflexão do legado.....	19
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	27
<b>NOTÍCIAS DE UM TRÁGICO ACONTECIMENTO DE MORTE DO PRESIDENTE DA PARAÍBA JOÃO PESSOA (1930): DO LUTO À REVOLUÇÃO</b> .....	27
2.1 Do “nego” á revolução: contextualizando o fim da primeira república. ....	32
2.2 1930, o ano que não me esquecerá .....	36
2.2.1 As eleições de cabresto: antes da morte a tentativa liberal.....	37
2.3 A tragédia da redenção: a morte de João Pessoa. ....	45
2.3 Em meu nome, se libertem... E governem o povo. ....	47
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	49
<b>O LUTO SILENCIADO: A MORTE DE JUSCELINO KUBITSCHEK EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1976)</b> .....	49
3.1 narrativas da vida de JK: notas para a construção do mártir .....	50
3.2 JK, um gesto de despedida. ....	54
3.3 A ameaça da frente ampla: o prenuncio do silêncio.....	58
3.4 O adeus a JK: “como poderei viver sem a tua companhia?” .....	60
3.5 O fim “silenciado”: da fatalidade a execução.....	64
3.5.1 A cisão da “verdade”: versões da morte de JK.....	64
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	68
<b>NÃO VAMOS DESISTIR DO BRASIL PODER: O USO DO LUTO NA IMAGEM DE EDUARDO CAMPOS (2014)</b> .....	68
4.1 De Arraes para Campos: Usos da memória política.....	71
4.2 Notícias do adeus: O luto em rede nacional .....	73
4.3 O último adeus a Eduardo Campos .....	76
4.4 Em luto, mas a campanha tem que continuar... ..	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	82
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84

## INTRODUÇÃO

O interesse em entender como as relações de poder na política funcionam, nos nortearam na feitura desse trabalho a partir de um foco de análise que nos pareceu importante, ou seja, a construção da imagem de um mártir simbólico para a mudança desejada. Essa opção de abordagem se apresentou como possível, quando passamos a pensar a comoção nacional causada não só pela morte do político, como também, pelo o uso dos discursos em torno dele. Em outras palavras, a re-apropriação do luto para fins políticos. Nesse sentido, este trabalho é pensado para investigar essas estratégias de poder e apontar essas relações, desde a tragédia noticiada pela imprensa, passando pela comoção pública e sentimento de perda causada pela morte, seguindo para a análise dos discursos políticos, até os resultados conquistados, ou não, pelo uso político destes acontecimentos dramáticos.

Os historiadores que abordam a temática do conflito de interesses, a partir da morte como objeto de pesquisa, se concentram em analisar a construção do mártir histórico, ou mito construído, pouco se utilizam da expressão luto, e menos ainda do luto como discurso. Partindo do pressuposto de acreditar que essa discussão já esteja intrínseca na construção do mártir-mito, em parte essa afirmação pode ser vista como assertiva, mas em outro ponto de entendimento, limitaria a análise historiográfica. Porquê podemos entender que o processo da análise parte, quase sempre, tão somente da investigação da trajetória de vida do político, colocado como objeto do estudo. As alianças feitas por ele em vida e de seus aliados em ocasião de sua morte, caracterizando-o, na maioria dos casos como um estudo histórico-biográfico, portanto, uma versão dos vencedores.

Por outro lado, ao investigar o uso do luto ressignificado pela política, se identifica os usos do discurso em torno da morte para sensibilizar a maior parcela da população, ou seja, os mais pobres. Essa ação se faz ao constatar que essa população carente se não desconhece totalmente, tem um entendimento vago dessas relações de poder, voltando a sua atenção para o ocorrido, despertando para tanto um sentimento de empatia e perda que os coloca mais próximo dos envolvidos. Sendo assim, utilizado como massa de manobra, se comovem e quase sempre aceitam o discurso dos herdeiros políticos do político morto, legitimando suas ações com vistas à conquista do poder. Para evidenciar essa questão partimos da constatação de que tanto na imprensa escrita, falada ou audiovisual e mais recentemente nas redes sociais, a morte de uma pessoa pública exerce influência política quando é anunciada como uma tragédia, evidentemente que foi. Mas em sequência o que se destaca são os dizeres “a nação está em luto” e depois as declarações de condolências políticas dos aliados e adversários de outrora,

influenciando diretamente essa parcela maior da população. Ou seja, o discurso passa pelo luto limitando-o ao uso de expressões de comoção nacional.

O primeiro capítulo deste trabalho – *Situando o objeto: O luto político, uma temática do social*, irá abordar justamente esses pontos, além de apontar o referencial teórico utilizado. Considerando o luto como um discurso (FOUCAULT, 1996), a prática da espetacularização do poder por via de seus personagens (DEBORD, 1997), o claro objetivo da construção da imagem de mártir simbólico (HOBSBAWN, 2008) por meio da exaltação da memória coletiva (POLLAK, 1994) e dos lugares da memória (NORA, 1993) instaurados pelos discursos e monumentos a serem erguidos em homenagem do político *in memoriam*.

Além desses estudos de caráter mais teórico utilizamos durante toda esta escrita historiográfica os autores e biográficos que pesquisam cada personagem histórico trabalhado na construção dos capítulos a eles dedicados: João Pessoa (AIRES, 2012), Juscelino Kubitschek (CONY, 1981; MONTENEGRO, 2001) e Eduardo Campos (FERNANDES; CHAGAS, 2015. SILVA, 2015). Como também o uso de autores que analisam os conceitos do Brasil do século XX (DEDECCA, 1981; IANNI, 1991; GOMES, 2007), ensejando um melhor entendimento dessas relações de poder na política.

O segundo capítulo intitulado – *Notícias de um trágico acontecimento de morte do presidente da Paraíba João Pessoa (1930): Do luto à revolução*. Tratará do uso do luto em torno da morte de João Pessoa como legitimação para a revolução, com recorte temporal do ano de 1930, pois esse episódio seria o responsável por elevar Getúlio Vargas de derrotado para líder da revolução que se iniciava e o colocaria através de um golpe, no poder. As razões da morte, indicava motivos pessoais, ditos em defesa da honra de seu inimigo político e assassino, João Dantas. Contudo, a imprensa noticiava a imagem de João Pessoa como político à frente de seus tempos, pacificador e evidenciavam o discurso de que o Brasil ficava órfão de uma liderança política. Esse discurso é ressignificado por seus aliados, que em tom de denúncia discursavam em torno da memória do político monumento e se articulavam para o levante da revolução legitimado pela população enlutada.

No terceiro capítulo – *O luto silenciado: A morte de Juscelino Kubitschek em tempos de ditadura militar (1976)*. Evidenciará os silêncios da ditadura militar em torno da morte acidental, ou não, de Juscelino Kubitschek que seria divulgada como uma perda irreparável para o Brasil, evitando, porém, o uso do termo democracia. Analisando o contexto de 1976, em que a censura presente controlava o que era publicado, contudo, não conseguiria controlar a comoção nacional demonstrada nas ruas e nos cortejos da morte, como consequência do luto. O

ex-presidente que se articulava por via da Frente Ampla, junto com João Goulart e Carlos Lacerda – todos vitimados em espaço de 10 meses. Ambicionava um dia voltar a governar o país, evidente que essa ideia não agradava os militares.

No quarto capítulo – *Não vamos desistir do Brasil poder: O uso do luto na imagem de Eduardo Campos (2014)*. Ira investigar o uso da morte accidental do candidato a presidência no ano de 2014, em plena campanha eleitoral do mesmo ano, Eduardo Campos para fins eleitorais em favor de sua vice, Marina Silva na Coligação Unidos pelo Brasil. Para isso se apropriando do luto evidenciado em tempo real pela imprensa e declarações nas redes sociais. O espetáculo midiático em torno da sua morte, transformada em acordo de apoio político em nome da memória de Eduardo Campos. Sendo o responsável ainda pela criação do slogan da campanha pós sua morte, “Não vamos desistir do Brasil” em rede nacional antes de vitimado pelo acidente aéreo.

Para esse capítulo privilegiamos a metodologia de leitura e trabalho de análise de jornais, revistas, reportagens e vídeos sobre os personagens históricos de acordo com que vão acontecendo, a exemplo dos periódicos, dos arquivos do jornal a *União-PB*, das revistas o *Cruzeiro* e *Manchete*, além de reportagens vinculadas em tvs abertas – como a cobertura do Jornal Nacional do dia 13 a 17 de agosto –, da rede mundial de computadores, da plataforma de vídeos *Youtube* e das redes sociais. Associado a reflexões dos autores já evidenciados e de outros como Walter Benjamin e suas discussões sobre a imprensa e da historiadora Tânia Regina de Luca sobre o uso correto dos periódicos.

Assim disposta nos capítulos acima apresentados sobre a discussão dos usos do luto na política, nossa intenção é situar e apresentar esse objeto de estudo a luz do que entendemos sobre cultura política como espaço de relações de poder.

## CAPÍTULO 1

### SITUANDO O OBJETO: O LUTO POLITICO UMA TEMATICA DO SOCIAL

O discurso sempre é em favor do povo, mas as tramas que envolvem o poder não as legitimam. A plateia que a assiste esperançosa, também participa, mas como coadjuvantes desse cenário político. A âncora da nação, onde se fincam os discursos já se encontra desgastada demais pelo tempo das promessas. As elites oligárquicas é o barco e em seu esplendor partem, deixando só a admiração.

Parto dessa analogia para refletir sobre as estratégias políticas de tomada, permanência e/ou legitimação do poder e da política. Nesse cenário até a morte pode ser uma aliada e uma personagem. O sentimento de perda e vazio deixado por alguém que as dizia representar. São preenchidos por discursos exaltados que complementam o sentimento de luto e comoção nacional. As manchetes, os plantões e os políticos – aliados ou não, já que eram “obrigados” a prestarem condolências – em uma só voz falam mais uma vez por todos, em geral, entoando os dizeres “o povo está em luto”, ou “a nação está em luto”.

Como o leitor já deve ter percebido o luto é o nosso tema, mas o objetivo desse trabalho não é analisar o sentimento de luto, pelo viés da literatura psicológica, – muito embora façamos valer dela – e sim o luto, como um discurso elaborado e planejado para fins eleitorais, ou seja, a sua (re)apropriação. Em outras palavras o uso político do luto.

O luto, portanto, se torna a primeira palavra de um discurso estratégico político, que tende a supervalorizar a morte de seu aliado, agora mais do que nunca, seu aliado. Apontar culpados, – mesmo que indiretamente, mesmo que as circunstâncias não demonstrem crimes políticos, ou aparentemente não haja, pois se trataria de um crime pela honra ferida de seu inimigo pessoal ou uma fatalidade do destino, ou um acidente – é algo imediato a perda. Nas tramas do poder não há tempo para vivenciar o luto, pois, surgia o momento certo para se unirem e pensarem nas estratégias a serem utilizadas, em prol de seus herdeiros políticos.

O grupo político contrário ao morto, por sua vez, também se ver obrigado a agir e a tomar iniciativas de abrandar os ânimos, de mediar as oligarquias e principalmente de retirar de si, de seus membros, qualquer culpa do sinistro ocorrido.

As estratégias usadas determinaram o curso da política, as revoluções, as rebeliões, os sucessos e os fracassos vivenciados pelo Brasil no século XX e atualmente no século XXI. A política nunca foi tão dinâmica e desafiadora como se vivenciou e vivência atualmente. A honra e a ética política a cada dia se tornam mais maleáveis o seu significado e principalmente a sua

prática. Para isso a historiografia e as fontes para o seu estudo também sofreram mudanças, ou melhor, adições.

O luto como um discurso que intensifica uma comoção nacional, exaltando assim como um mártir político a imagem do morto que se foi, mas deixou o seu legado e suas honrarias do trabalho feito pelo povo e para o povo. Ao menos nos discursos, surgiu então o mito, a lenda que terão como marcos, uma nova data comemorativa no calendário, monumentos, ruas e avenidas nomeadas, uma memória coletiva instaurada e uma lembrança de momentos de glória intensificados, ressignificados em favor de uma “fantasia imagética” do poder, portanto a favor de seus representantes, herdeiros.

Tomaremos como representações desta história de apropriação política do luto quando de suas mortes, três personagens históricos:

**João Pessoa** - O Presidente da Paraíba (1928-1930) e candidato a vice-presidente do Brasil pela Aliança Liberal, derrotado nas eleições de 1930. Morto por seu inimigo político pessoal, João Dantas, na confeitaria glória em Recife-PE. No dia 26 de julho do mesmo ano.

**Juscelino Kubitschek** - Ex-Presidente do Brasil (1956-1961), entusiasta em plena ditadura militar (1964-1985) a se candidatar novamente a presidência, quando a democracia fosse reestabelecida. Morto em um acidente de carro – para alguns um atentado – em 22 de agosto de 1976, em Resende-RJ.

**Eduardo Campos** - Governador de Pernambuco por dois mandatos (2007-2014) e até a sua morte candidato a presidência do Brasil. Morto por um acidente aéreo – em plena campanha eleitoral –, em 13 de agosto de 2014, em Santos-SP. Assumindo a disputa eleitoral a sua vice.

Cada um deles à sua maneira e em seu próprio recorte temporal, marcaram a política, representaram uma elite, se aliaram e viveram nesse palco de interesses, chamado política. Contudo continuaram a exercer sua influência, assumindo assim a partir de sua morte – por meio do luto instalado pela perda dos mesmos – um papel estratégico no cenário político de sua época. A ressignificação da perda, para conquistar apoiadores ou legitimar revoluções e/ou rebeliões.

O fim nunca foi tão simbólico e sinônimo de recomeço para as elites políticas até então derrotadas, por meio da sua (re)apropriação da imagem do morto, do mártir construído e o luto ressignificado e transformado em palanque eleitoral, ou cenário ideal de uma revolução a tempos já programada.

### 1.1. A resignificação do luto na política: uma reflexão do legado.

Na dinâmica da política tudo pode ser resignificado, até a perda de um dos seus membros, desde que se use os discursos e as estratégias certas. Toda a história desse póstumo político – na verdade, a parte escolhida – é exposta. Seus atos valorizados e sua perda sentida. Sentida por quem? Além dos familiares e amigos próximos, quem mais se solidariza? A resposta é o povo, os eleitores, os que viram o seu empenho em prol, pelo menos na falácia, dos mais pobres. A elite oligárquica aliada reunida se divide entre reuniões estratégicas, acusações aos rivais e condolências públicas – porque o que não é exposto, não pode ser usado.

O sentimento de vazio é compartilhado, o luto instaurado e o povo – junto com a notícia da morte do político – aparece nas manchetes dos jornais e sites como: órfãos de um líder honrado, desesperados e sem rumo. E o mais importante no discurso é a conclamação de mudanças no contexto vigente, com os dizeres “o povo quer justiça, o povo quer mudança”. Ao mesmo tempo em que os discursos emotivos nos palanques são feitos, o mesmo acontece nos sites e até nas redes sociais, honrando assim a memória do morto, só seus bons atos interessa. A luta pelo luto como estratégia política para tomada ou legitimação do poder, se inicia.

Para pensar a dinâmica na política, suas reviravoltas, alianças e revoluções utilizarei o conceito de luto – adaptado para o discurso. Não o luto, sentimento propriamente dito como nesta citação de Isa Fonnegra de Jaramillo:

O trabalho pessoal, individual para se recomodar a uma vida diferente após a perda de alguém ou algo muito valorizado, de reaprender o mundo, irreversivelmente transformado sem ele/a”. (*apud* TAVERNA; SOUZA, 2014, p.43).

Mas, um luto resignificado por seus atores políticos, porque é o discurso que passa a ideia de romper para continuar, portanto reaprender. A supervalorização dos seus atos, ou da forma como ele é expressado também é uma estratégia. E a mudança por meio da revolução política é a saída, para também permanência do legado do póstumo político. O que me faz buscar na: *A ordem do discurso* do historiador e filósofo contemporâneo Michel de Foucault o conceito que dar nome a obra. No qual ele sintetizar por meio de sua fala:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

O que pretendemos trabalhar. O discurso aqui tratado, o luto, que se correlaciona com outros discursos e constroem uma realidade e um mártir simbólico, objeto da comoção nacional, para tanto plausível e aceita pela maioria. E é o que legitimam as ações para permanência do poder, ou permitem um levante para rebelasse ao cenário político até então vigente.

Essa explicação sobre o sentido do luto aqui se faz necessário para a compreensão do nosso objeto de estudo. Como também a busca da influência da memória dos classicistas e historiadores oficiais, de cunho positivista e crentes em uma disciplina homogênea de significados e interpretações. Posto que seus escritos se baseavam somente em fonte oficiais e acabando por escrever sem ou com a intenção até fins do Século XIX, uma história dos vencedores<sup>1</sup>. Walter Benjamin reflete em suas obras sobre o tempo cronológico, no qual pontua essa história não sendo o melhor instrumento de se conhecer o passado. Pois essa narrativa somente rememorava histórias de um passado esquecido (BENJAMIN, 1987). Aqui não estamos retirando os méritos das pesquisas e nem dos descobertos dessa história, dita como a “Velha” história política. Apenas evidenciando o contexto de sua produção, suas influências. Nesse sentido discutir e apresentar do ponto de vista teórico metodológico o nosso objeto, se faz importante para o seu entendimento.

A história política é dita a prática historiográfica mais antiga (BARROS,2008), como uma ciência dotada de um aporte teórico metodológico. Denominada hoje de a velha história política, foi até certo ponto sofisticada e criteriosa com uso de suas fontes, as de cunho oficiais, motivo também pelo o qual é criticada. Em uma nova noção sobre a mesma, história política e o poder são sinônimos, inseparáveis em sua essência. (BARROS, 2008; FALCON, 1997). O poder leva a política, que por sua vez se faz legítimo e prospecto do status de liderança. Segundo José D’Assunção Barros em seu artigo: *História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micro poderes, do discurso e do imaginário*, vai mais além ao definir o que autoriza um escrito, ser chamado de história política, que é a:

[...] idéia de que o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da modalidade da História Política é naturalmente o enfoque no “Poder”. É o Poder, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação através da Ideologia, com a sua organização através das redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação através de fenômenos coletivos como as Revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micro-poderes, e com

---

<sup>1</sup> A frase: A história é dos vencedores, é atribuída ao escritor britânico George Orwell. Sua obra mais conhecida é *A revolução dos Bichos*.

tudo o mais que ao Poder se refere, o que constitui mais propriamente o território do historiador político. (BARROS, 2008, s/n)

O autor, faz uma comparação e mostra convergências e divergências sobre a velha história política e a “nova” história política.

O historiador pode ser considerado um visionário, mas nunca a frente do seu tempo. Seu contexto social insere na sua escrita o que o Michel de Certeau<sup>2</sup> (1982) chama de *não dito*, o que legitima e caracteriza o seu ofício, ao passo que dar voz a um determinado acontecimento por meio de um aporte teórico-metodológico. E a sua maneira demonstram suas tendências que assim se evidenciam. Coloco isso não como uma defesa da história oficial positivista, mas como um ponto a ser pensado. Uma “quebra” de conceitos, novas metodologias teóricas e paradigmas históricos são barreiras difíceis de serem ultrapassadas, mas possíveis. A nova história política surge desses questionamentos sobre a velha história. Ao adotarem novas ciências e objetos de estudos, e conseqüentemente novas fontes e aportes teóricos.

A *Revista dos Annales* em meados do século XX, tendo a frente a sua 1ª geração: Marc Bloch e Lucien Febvre foram os primeiros a questionar e buscar uma multidisciplinaridade nos saberes históricos, pelo o menos foram os que se destacaram mais e expandiram os novos conceitos. A nova história política, se depara então com uma miríade de novas perspectivas e fontes para pesquisa. Houve uma resistência inicial e só a partir da década de 70-80 do século XX, é que essa nova história se difundiu com mais veemência no Brasil.

A nova história política, com seus historiadores renomados como René Rémond que em um capítulo do seu livro: *Por uma história política*, intitulado, *Uma história do tempo presente*, explica com detalhes:

O historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a "ideologia dominante", e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época. (RÉMOND, 2003, p. 13)

[...] a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. (IDEM, 2003, p. 29)

---

<sup>2</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. Pode-se ampliar o seu significado também a uma maneira sensível, própria do historiador de empregar uma subjetividade característica aos seus escritos.

A nova história política, abriu espaço para a escrita da história dos “vencidos”, a história vista por baixo e alcançar as grandes massas, outrora “esquecidos”, por não ter fontes aceitas. E hoje é um campo promissor, aberto de debates cada vez ricos na historiografia. Esse conceito da história do tempo presente proposto por René Rémond, associado com o conceito, na verdade uma vertente, da história comparada, – que embora ainda receba críticas – tem como um de seus adeptos Paul Veyne.

A história comparada surge nessa pesquisa para analisarmos três diferentes recortes temporais, as influências exercidas, sem perder com isso a historicidade que requer o ofício. Como Paul Veyne coloca:

A verdade é que a história comparada (e diríamos o mesmo da literatura comparada) é original mais por sua elaboração, ou seja, a história simplesmente do que por seus resultados, de um modo mais preciso, a expressão equívoca e falsamente científica de história comparada (Cuvier e a gramática comparada estão no entanto bem longe disso) indica dois ou três procedimentos diferentes: o recurso à analogia para preencher as lacunas de uma documentação, a associação, com fins heurísticos, de fatos tirados de nações ou períodos diversos, enfim o estudo de uma categoria histórica ou de um tipo de acontecimento através da história, sem levar em consideração as unidades de tempo e de lugar. Recorre-se à analogia para explicar o sentido ou as causas de um acontecimento (o que chamaremos mais adiante de retrodicção) quando este reaparece em um outro tempo e lugar em que a documentação concernente permite compreender as causas. (VEYNE, 1998).

É mais por tratar do luto, como um discurso. Para analisar a repercussão e, portanto, investigar as estratégias de ressignificações na política, utilizarei uma história compara no viés mais antropológico, e nesse campo do saber tem como referência Georges Balandier que em seu livro: *O poder em cena (1982)*, ele vai dizer que o poder é legitimado a partir de aspectos simbólicos. E sofre mutações ao ponto que também ocasiona mudanças no comportamento de seus atores.

Balandier pontua em sua obra *Antropologia Política*:

Na ausência de uma autoridade política bem diferenciada, a preeminência, o prestígio e a influência resultam da conjugação dessas desigualdades mínimas. Na ausência de um poder político distinto, um poder político-religioso – de dominante religiosa – opera por intermédio de estruturas territoriais e das disposições de classes de idade. Não se pode definir esse poder apenas por tais estruturas, mas muito mais pelas relações desiguais em que se funda e pela dinâmica das oposições e conflitos que o põem de manifesto. (BALANDIER, 1969, p. 57).

Nas tramas da política, tanto as alianças como as rupturas são pensadas estrategicamente, por isso da importância de se criar elos entre as famílias oligárquicas, a exemplo dos casamentos arranjados. A economia gira em torno dessas alianças, porque a política exige um controle do poder também econômico. Contudo uma mudança brusca dos acontecimentos, como a perda de um aliado, o luto instaurado, gera a necessidade de se organizarem e se unirem em prol de um ideal político. Faz-se necessário então um verdadeiro teatro do poder (AIRES, 2012; DEBORD, 1997).

Em meio a um cenário certo, a certeza maior de quem vive – a morte – se faz presente e de repente já não existem mais certeza alguma, só tramas. O palco é montado, o autor é o destino e os estrategistas políticos seus coautores. Os seus atores “os mais liberais” ora esquecidos, mesmo pegos de surpresa ensaiam sua peça. Um drama político, quase uma biografia de um “herói”, com um enredo de dor, perda, luto e inspiração. Abrem-se as cortinas e o I ato se inicia... O fim como recomeço.

Essa é a teatralização do poder, esse conceito que utilizarei de Luciano de Queiroz, que em sua tese – *Cenas de um espetáculo político: Poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)*. Mostra como esse teatro do poder é montado, valores ressignificados e monumentos e datas comemorativas instauradas para legitimá-las.

O teatro político é comandado por atores que controlam o mundo real usando os artifícios do imaginário. Tais usos são de natureza simbólica e objetivam a legitimidade de uma ordem não apenas pela mobilização da força física, e sim, pela montagem de um quadro cerimonial, retomando o autor, mesmo sem citar, a noção de hegemonia gramsciana. A razão e a coerção capitalizam pouca credibilidade política. Os diversos regimes se apoiam no passado coletivo e o apresentam sob forma de tradição comum, buscando legitimidade social. (AIRES, 2012, p.28)

Inspirado pela a teoria do *estado espetáculo*, proposto por Schwartzberg, que trata as estratégias políticas como um evento, um espetáculo, ao nosso ver um palanque. Ou seja, para se ressignificar o luto na política, além do discurso e do teatro do poder, é necessário inventar uma tradição e nessa perspectiva Erik Hobsbawn, em *A invenção das tradições* em que diz se:

Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudam adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos simbólicos e rituais são criados. Ele é ainda em grande parte relativamente desconhecido. (HOBSBAWN, 2008, p.12).

A tradição posta como uma invenção de uma elite para justificar a importância de sua nação, de um personagem em prol de uma estratégia política, no caso do nosso objeto de estudo, o luto. É invocado com um discurso de legitimação dos atos em torno da construção de uma nova tradição e instauração de seus novos signos da memória. Essas tradições corroboram para a construção de uma memória coletiva, a qual Michael Pollak aborda em seu artigo Memória e construção social:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p.204).

A memória como fenômeno construído individualmente ou no coletivo como o exemplo da memória nacional são, pois, os fundamentos de nossa compreensão para pensarmos o luto sendo usado, trabalhado, organizado na construção de um objetivo. O contexto dos acontecimentos denota uma sensibilidade na análise, pois nem todo o luto pode ser comparado. A revolta da perda, a silêncio nas lágrimas e a coragem para seguir novos rumos podem ser apropriados como discursos para a conquista e/ou tomada de poder.

A resignificação do luto na política passa pela a sua eternização na memória por meio dos lugares da memória, como o historiador francês Pierre Nora no qual ele fala do fim da história memória por meio da aceleração da história: Uma oscilação rápida do passado em detrimento de uma percepção global de algo como desaparecido. “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.” (NORA, 1993, p.1). Caracterizando o fim das sociedades memórias

Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente. é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquelas cujas sociedade ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todopoderosa. espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é

história, vestígio e trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecendo como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo. (NORA, 1993, p.2)

Compreendido assim nessa perspectiva o que nos guia na construção desse inventário é o interesse em desvendar questões tais como: Como cada luto desses personagens se deu? A causa da morte como fator de ampliação de uma comoção. João Pessoa foi assassinado por razões pessoais, contudo, ainda assim inseridos no contexto de desavenças políticas. O que pode ser utilizado pelo discurso como uma perseguição, ou crime anteriormente planejado. Juscelino Kubitschek teve uma morte acidental, questionada anos depois. Motivo das suspeitas pode ser a sua intenção em concorrer novamente as eleições. Eduardo Campos morreu de forma trágica e comovente pelo contexto que vivenciava – as eleições presidências a presidência de 2014. Essa discussão será amplamente investigada nos próximos capítulos.

A sociedade acompanha as mortes desses personagens históricos, como de alguém próximo, a empatia está misturada ao sentimento de incerteza das conjunturas de sua época. Depois da morte o político se tornar exemplo de homem honrado e político honesto. Pensamos como a elite enxerga a comoção gerada, como a notícia é repassada.

Os jornais na época de João Pessoa, por exemplo, era um sinônimo de prestígio social. Ser bem informado e em forma de oratória repassar a notícia, com o seu tom de verdade. Já no período militar a verdade, ou as verdades sejam quais forem são silenciadas pela censura. O choro é calado e qualquer notícia contrária a ditadura é colocada como caluniosa. E o responsável por repassa-la, um subversivo.

O século XXI, por sua vez foi palco de uma revolução tecnológica, sendo a internet o seu maior exemplo. As notícias são quase simultâneas aos acontecimentos. E essa foi a sociedade espetáculo (DEBORD, 1997) em que surgia a repercussão da morte de Eduardo Campos. Em rede nacional foi feito o último aceno para o povo. Todos os três se transformaram em mártires, a quem discorde no que se refere a Eduardo Campos.

Contudo, é inegável que após a morte, todos eles tiveram sua memória política e pessoal apropriadas para o discurso político. Seja nos palanques, seja entre os rebeldes ou em meio aos internautas. A sociedade evolui e os recursos também, mas o interessante é percebermos que a morte é sempre fatal, porém, os seus usos podem eternizar a memória do morto. No campo da política, pode transforma-lo em um político *in memoriam*.

Quais os mecanismos de atuação? As alianças políticas feitas em torno de um projeto de poder. Quais seus conteúdos? Quais seus objetivos? Quem os fabricou? O que representam no campo da política?

## CAPÍTULO 2

### NOTÍCIAS DE UM TRÁGICO ACONTECIMENTO DE MORTE DO PRESIDENTE DA PARAÍBA JOÃO PESSOA (1930): DO LUTO À REVOLUÇÃO

*"Um brasileiro como esse não morre sozinho!"  
(Jornal A União, 27 jul. 1930)*

O presidente da Paraíba João Pessoa foi assassinado por seu inimigo pessoal, João Dantas em 26 de julho de 1930. Contudo foi morto o homem, não o político. Ao contrário a sua lembrança e seus atos foram incessantemente rememorados por uma estratégia política. O seu nome enfim ficara guardado na história por meio dos lugares da memória (NORA, 1993) e, portanto, de legitimação da tomada de poder. Morre o homem, nasce o mártir da revolução. O luto se torna evidente ao momento da perda, as lágrimas inocentes da população mais pobre são sinceras e alimentam a ambição da elite, que por sua vez se revezam nas formas de ampliar, intensificar e tirar proveito desse sentimento.

O ano era o de 1930. O cenário político estava tenso, o resultado nas urnas se desenhava como certo e era. Mas, uma parte da elite brasileira estava contrariada com a escolha do então presidente da República, o paulista Washington Luís em 1929, como nome para sua sucessão o também paulista Júlio Prestes, rompendo assim a política do Café com Leite.

Em uma reunião secreta os Estados de Minas e Rio Grande do Sul se unirão em uma aliança e movimento de reação a essa investida de poder, através da Aliança Liberal, que lançara como chapa a Presidência da República, os presidentes Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) e como seu vice, João Pessoa (Paraíba), Acabam por sofrer a derrota já esperada nas urnas, em março de 1930 – embora nas entrevistas parecessem muito confiantes da vitória. Tinham no momento pouca condição de uma contraofensiva através de levante que seria a única saída para a Aliança Liberal, mas não encontrava apoio popular e nem da elite afeiçoada a política do Café com Leite, na época vigente. Até um novo acontecimento, algo inesperado surgir – a morte de João Pessoa.

Antes do fim, vem o começo de suas lembranças, que serão rememoradas em um luto posterior, usadas como meios estratégicos e de legitimação do poder. Nos discursos dos seus aliados, faziam crê que o sangue de João Pessoa em vida que corria nas suas veias, depois de sua morte fora derramado sobre a nação. Por sua vez se comoviam e pediam uma revolução libertadora. Mas quem foi João Pessoa? Por que e como ocorreu a construção do herói e mártir da revolução de 1930?

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sua história narrada segundo o Jornal Correio da Manhã -RJ, em 27/07/1930. Já sobre o efeito do “luto”:

O morto do hontem nasceu na Parahyba, cidade de Imbuzeiro, a 24 de janeiro de 1878. Contava, portanto, 52 annos feitos. Era filho do dr. Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O dr. João Pessoa fez o curso de Humanidade no Lyceu Parahybano, interrompendo os estudos no terceiro anno para matricular-se na Escola Militar, do Rio de Janeiro. Revelou-se, sempre, um estudante probo, geralmente estimado de seus mestres que viam nelle a intelligencia penetrante, viva, de que deu mostras em todos os, cargos que occupou em sua vida publica.

Em, 1903, matriculou-se João Pessoa na Faculdade de Direito de Recife. No velho cenaculo da terra onde devia mais tarde, ser victima do attentado brutal de agora, João Pessoa -se revelou um dos espiritos mais adeantados de sua época, impondo-se, na tribuna como no jornalismo com a mesma elegância do homem fino, polido que era.<sup>3</sup>

No trecho acima, vemos a descrição do nascimento e desenvolvimento de uma criança prodígio, que se tornaria um homem público, honrado, digno dos cargos que ocupou em sua vida. A nossa intenção não é desconstruir essa imagem, mas o que é importante acrescentar, é o fato de que João Pessoa pertencia a uma elite oligárquica da Paraíba. E a mesma tinha negócios e interesses financeiros com o estado de Pernambuco e a Capital Federal do Brasil – o Rio de Janeiro. Motivo pelo qual ele transitava por esses três estados, seus redutos de poder político. Essa linhagem a qual ele pertencia, era o que veria a permitir a sua ascensão política e econômica. Na época da República Velha tudo era negociado por alianças, o sistema eleitoral era simbólico, as eleições fraudulentas e os resultados era anteriormente decidido por meio de um “aperto de mãos” entre coronéis, os donos da terra, que tinha sua autonomia política e econômica respeitados e garantidos desde a época da política dos governadores. Dito isso, é sabido que Epiácio Pessoa – ex-presidente do Brasil – foi o responsável por indicar e até certo ponto garantir a posse de João Pessoa, seu sobrinho (esse moço elegante, fino e polido como diz o jornal) e um dos seus herdeiros políticos, aos mais importantes cargos administrativos e políticos da época. Encontrando seu ápice na posse do cargo de presidente da Parahyba, em 1928.

A manchete continua... e o discurso em torno de sua imagem intensificado.

[...] A 23 de outubro de 1928 tomava posse do cargo para que fora eleito. **Era a homenagem que lhe rendia o povo de sua terra**, que nelle confiava muito e a quem elle soube servir como os que mais uteis a ella, até hoje sé mostraram.

---

<sup>3</sup> Jornal Correio da Manhã - RJ, em 27/07/1930.

E de hoje a passagem do morto pelo governo da Parahyba, razão porque talvez se não tenha feito, ainda, a Justiça que se deve a figura do político extinto. Nem por isso, entretanto, se pode esquecer o quanto se desenvolveu a personalidade dinâmica do assassinado de ontem na solução dos mais sérios problemas da administração pública. Convidado para companheiro de chapa de Getúlio Vargas, João Pessoa aceitou o convite, sabendo, até ao último instante de sua vida, corresponder às esperanças, que nelle depositaram os que lhe reclamaram a sua colaboração naquela hora obscura da "política nacional". (Grifo nosso).<sup>4</sup>

Antes mesmo de assumir a presidência da Parahyba, João Pessoa já era um ilustre paraibano, as redes de influências das quais fazia parte o garantiam o poder de negociação da sucessão aos cargos públicos que ocupou. Em 1928 ele não foi eleito de fato e sim anunciado o seu nome como sucessor de João Suassuna, a presidência da Paraíba por meio dessas redes de poder. Essa era a homenagem que rendia o povo de sua terra, ou melhor o seu "curral" eleitoral. Representa, portanto, um discurso de construção de uma imagem do político atrelado ao povo paraibano.

É importante destacar que a terra natal e berço político de João Pessoa, no qual exercia influência era a Paraíba, mas o seu círculo de amizades e alianças eram feitas na vizinha Pernambuco e no Rio de Janeiro. Ele não governou, pelo menos não com a intenção direta ao seu "povo" e sim aos seus aliados. As medidas de tributação e de controle econômico que ele adotou, deixaram muitos coronéis insatisfeitos. Pois, tinha como função principal de diminuir o poder dos oligárquicas mais ao sertão e, portanto, distante de seu controle e inimigos seus, concentrando assim em suas mãos e de seus aliados esse poder. Esse homem incontestemente apresentado no discurso tinha desafetos. A morte de João Pessoa ocorreu em 1930, mas a sua imagem já era desde 1928 denegrida pelos seus desafetos. O seu poder também a tempos era desafiado e com a ascensão do perrepsismo<sup>5</sup> associado a negação de João Pessoa a política até então vigente do Café-com-Leite, o cenário se agravava. Buscava por meio de rebeliões – com o apoio de pistoleiros e cangaceiros – em escala estadual e embargos a nível federal, pôr um fim a era João Pessoa e de seus aliados na Paraíba. É possível indagarmos se o objetivo principal após a assunção de Júlio Prestes à presidência da república e a consequente derrota da Aliança Liberal, se não era a morte política de João Pessoa.

A manchete do Jornal Correio da Manhã-RJ, destacada acima, reflete praticamente todos os jornais da época, com exceção é claro dos jornais ligados ao governo federal e seus

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Conjunto de ideais e atuação do Partido Republicano Paulista (PRP). Partido criado em 1873 e tendo fim em 1937 na Era Vargas. Portanto grupo aliado de Júlio Prestes.

aliados. E nos mostra um discurso que tem a função não só de informar, mas de promover uma comoção, uma empatia por parte de todos. O sentimento de luto, associado a essas memórias e lembranças do morto. Da imagem passada a quem ler de como – ele fez o seu melhor para o povo, ou de como ele foi um homem honrado, perseguido por seus algozes até fim. A questão não é concordar ou discordar com a manchete, mas só deixar claro que isso é um discurso com uma finalidade política.

Em meio a narrativa de sua história, também podemos notar uma denuncia daquele momento obscuro da política nacional, na versão dos aliados de João Pessoa. Ou seja, a justiça que se pede, se trata na verdade de uma aclamação de novos tempos, de uma política “liberal”. Os seus familiares, a quem verdadeiramente se tem o pesar e o luto vivenciado aos prantos, também consta na manchete:

A 23 de fevereiro de 1905 casou-se o dr. João Pessoa com d. Maria Luiza Gonçalves Cavalcanti de Albuquerque, filha do dr. Segismundo Antonio Gonçalves, á época governador de Pernambuco. Do consórcio houve quatro filhos: Eptacio, de 17 annos de idade; Mariza, de 15; Jório, de 11 e Iza, de 9 annos, que se acham, nesta capital, estudando.

São Irmãos do dr. João Pessoa, o deputado federal Cândido Pessoa; o coronel José Pessoa; o tenente-coronel Aristarcho Pessoa, o deputado estadual Joaquim Pessoa, o commerciante Oswaldo Pessoa e as seguinte irmãs: Priscilla, casada com o coronel Celso Cavalcanti, chefe político da Parahyba; Henriqueta, casada com o sr. Antonio Ramos, almoxarife geral do Estado da Parahyba, e Nenen, casada com o sr. Frederico Neiva, funcçionario da Alfandega de Santos.<sup>6</sup>

A morte de João Pessoa foi uma fatalidade anunciada. As suas medidas no seu governo irritaram muita gente, associado isso a sua derrota à vice-presidência da república e aos seus meios de “ridicularização” de seus inimigos político-pessoais completaram o se ato final. Sua autoconfiança, junto com sua inconsequência a ir ao Recife-PE, quando já estava ameaçado, criaram as circunstancias para sua morte. Morreu reagindo, seu corpo por vários dias foi velado na Paraíba, no Pernambuco e no Rio de Janeiro. Como uma verdadeiro anuncio de novos tempos que viriam. Os discursos inflamados, as acusações e denuncias eram a parte exposta da estratégia. Pois a revolução liberal que estava adormecida após a derrota da eleição de 1930, acordou depois da morte de João Pessoa e tomou força, e forma libertadora a partir do luto instaurado.

---

<sup>6</sup> Idem.

João Pessoa no dia de sua morte, tirou o seu último retrato (Fig. 01). Essa fotografia estamparia todas as manchetes dos jornais. Sua aparência serena desperta olhares de tristeza, de luto. O próprio enunciado das notícias, contribuem para essa comoção. Por outro lado, as manchetes, principalmente a do Jornal *A União*, *Correio da Manhã* e outros pertencentes aos seus aliados, como Assis Chateaubriand.

**FIGURA 1:** O último retrato de João Pessoa.



**Fonte:** Jornal A União-PB 26/09/1930.

Ao narrar a trajetória de João Pessoa, as manchetes dos jornais criam uma atmosfera de comoção nacional, para cada ato e cargo público se tercem elogios e adjetivos comoventes. Em uma época em que a mídia principal eram os jornais, a elite dominante se utilizava e era também

donos por meio desta, de sua própria imagem para o povo. A imparcialidade não era uma bandeira e nem um código de ética na imprensa. O que hoje é feito de maneira velada, na época contemporânea aos fatos, era na verdade uma estratégia política. Por isso os jornais exerciam o monopólio da informação, da notícia e do que era para ser noticiado. A notícia trágica da morte de João Pessoa foi o marco do fim da república velha e início da chamada revolução de 1930. No entanto para entender como esses acontecimentos ocorreram, precisamos entender o contexto da época, parafraseando Nicolau Maquiavel – os fins justificam os meios.

## **2.1 Do “nego” á revolução: contextualizando o fim da primeira república.**

A primeira república foi marcada como sendo período vigente de uma falsa sensação democrática. O poder se legitimava pelas mãos das elites político-econômicas que revezavam entre si a sucessão do poder por meio de alianças e pacto entre as elites, os coronéis, que se sentiam verdadeiros “donos da terra” e de tudo que tivesse presente em suas propriedades. A literatura muitas vezes já nos mostrava essa realidade em suas obras contemporâneas aos fatos. Esse nacionalismo forjado na falácia representava a todos, porém governava em prol de poucos, dos seus aliados.

As rupturas em escala federal e estadual – no que se refere ao objeto desse estudo, João Pessoa –, marcaram o período anterior ao fim da primeira república. Respectivamente a política do Café com Leite e o coronelismo insatisfeito com as políticas de João Pessoa na Paraíba.

A política do Café com Leite nasceu como um acordo entre as duas maiores potências econômicas e políticas, após a Proclamação da República em 1889, do Brasil – São Paulo, maior produtor de café e principal produto de exportação; e Minas Gerais, maior produtor de leite. E eram juntas detentoras do maior número de eleitores – um terço da população. A Política do Café com Leite tinham como seus representantes políticos os membros do Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Os votos deste eleitorado eram de cabrestos, pois a votação não era secreta e se recebia os papéis com os nomes para votar na hora. Muitas vezes escoltados pelos jagunços dos donos da terra e líderes políticos de suas respectivas regiões. Essa velha política funcionava na verdade, como um jogo de interesses em que por um lado beneficiava as grandes economias e proprietários de terras e por outra garantiam a hegemonia política dos mesmos por meio de alianças em pequenas e grandes escalas. Essas oligarquias dominantes eram herdeiras direita da sociedade escravocrata vigente ainda no período imperial. Os cafeicultores de São Paulo tiveram uma certa resistência para substituir a mão de obra escrava pela assalariada, mesmo que o seu custo com a folha de

pagamento fosse praticamente irrisório. Sendo assim a influência e domínio sobre a maior parte da população se manteve.

Essa política foi o ensaio para a chamada Política dos Governadores, instaurada no governo de Campos Salles (1898-1902), que em síntese se tratava da não interferência do governo federal em questões regionais e estaduais e em contrapartida mantinha-se a hegemonia do executivo no congresso nacional, em outras palavras uma troca de favores entre as oligarquias estaduais e o governo federal. Alternando assim no poder as maiores economias e elites oligárquicas, os cafeicultores de São Paulo e os fazendeiros e produtores de leite de Minas Gerais ou a quem eles indicassem em seu quadriênio. Os estados como Pernambuco, Paraíba e outros, por sua vez, negociavam verbas, emendas, benfeitorias e cargos de grande importância a nível estadual e federal, além de apoio político aos seus aliados. Nesse período da política do Café com Leite houve evidentemente conflitos e disputas de interesses – principalmente quando um polo econômico queria se sobrepor sobre o outro, como a exemplo cito as políticas de valorização do café de acordo com o seu desempenho na bolsa de valores.

Esses conflitos geraram rompimentos temporários, verdadeiras cisões e consequentes desacordos a respeito do sucessor. Sendo assim somente dois presidentes no período em que essa política vigorou que não advinham dos estados de São Paulo ou Minas Gerais, que foram Hermes da Fonseca (Rio Grande do Sul) indicado por Pinheiro Machado, forte liderança gaúcha e Epitácio Pessoa (Paraíba) eleito em 1916, pelo afastamento de Delfim Moreira em consequência da crise econômica gerada pela 1ª Guerra Mundial. Epitácio Pessoa era uma importante liderança da Paraíba, que embora o estado tivesse uma representatividade econômica menor, por meio de alianças e apoio total aos seus aliados, conquistou uma importante influência no Rio de Janeiro e Pernambuco. Sendo ele já com a sua imagem construída de altivez e honrarias de ter sido presidente da república, o responsável por projetar o seu sobrinho João Pessoa no cenário político, primeiro em escala estadual e depois nacional.

Esse cenário de pós-guerra e as consequências catastróficas da crise econômica que começava a se instaurar entre os cafeicultores de São Paulo, os faziam exigir do governo federal atitudes mais rígidas e eficientes em prol da defesa do interesse econômico dos mesmos, buscava assim políticas protecionistas. Em 1928, já se articulava as negociações do nome do substituto do paulista Washington Luís que pelo acordo da política do Café com Leite deveria ser um mineiro ou indicado por Minas Gerais. Mas ora, se tratava de um jogo de privilégios e interesses econômicos, a crise já se desenhava para os paulistas com as medidas instaladas, pela lógica ela não iria diminuir se assumisse o governo um mineiro que evidentemente se

concentraria em sanar os problemas do café sim, mas ainda assim daria prioridade aos fazendeiros e produtores de leite de Minas. Como consequência Washington Luís e seus aliados já orquestravam as negociações em torno do nome para seu sucessor o também paulista Júlio Prestes.

Essa atitude claramente não agradou os mineiros, que por sua vez já negociava com o governo do Rio Grande do Sul – que estava em uma crescente ascensão econômica e política, além de ser detentora de um grande curral eleitoral – uma aliança. Lançando posteriormente a chapa para presidente o governador deste estado, Getúlio Vargas e como vice, continuava a procura por alianças fortes e que não temessem embrulhos e embargos por parte do governo federal, oferecendo inclusive a pré-candidatura a vice ao governador de Pernambuco que rejeitou de imediato. Oferecendo por fim ao governador da Paraíba, João Pessoa. Para entender todo esse contexto que acarretaria uma verdadeira disputa de interesses, ameaças e acusações após o assassinato do sobrinho de Epitácio Pessoa, precisamos atentar ao que se passava também na Paraíba em 1928-30.

O domínio político e econômica da Paraíba se concentrava nas mãos dos membros do Partido Republicano da Paraíba (PRP). Tendo como principal liderança o ex-presidente do Brasil, Epitácio Pessoa que em 1928 indicou na convenção do partido para a sucessão de João Suassuna ao cargo de Presidente da Paraíba, seu sobrinho João Pessoa, que se elegerá em junho do mesmo ano. Até esse momento tudo certo, sua indicação foi política e representava a manutenção dos interesses do partido. Suas ideias dialogavam em acordo com o governo federal. Mas, contudo, já em seus discursos anunciava algo novo e o novo em tempos de tradição não era bem aceito. A não ser que ficasse só nos discursos.

João Pessoa esse político moderno, buscava uma renovação na Assembleia Legislativa, era a favor do voto secreto e obrigatório. Além de defender um controle maior do estado no que se refere a economia. Os coronéis locais tinham os seus próprios jagunços e “polícia” para proteção de suas terras e interesses, e por vezes se aliavam a cangaceiros como o mesmo objetivo. João Pessoa também se empenhava em combatê-los, buscando apoio para melhor armar a polícia da Paraíba, para que a lei os possa puni-los. Com essas propostas era questão de tempo para João Pessoa começar a ganhar seus desafetos, mesmo dentro do seu partido e foi o que aconteceu.

Ao assumir o estado, o governador recém-eleito, encontra uma situação financeira negligenciada, obras paradas e funcionalismo público insatisfeito motivados pelo o atraso de seus pagamentos. A autonomia de João Pessoa era de maneira tão evidente que até a oposição

era de certa forma também uma “aliada”, o que lhe permitiu a execução do início de suas medidas. Primeiro nomeou um de seus opositoristas para o cargo de secretário geral o deputado José Américo de Oliveira e em seguida desmembrou a secretária geral em outras secretarias como secretarias do Interior, da Justiça e Instrução Pública, de Segurança e Assistência Pública, de Agricultura e Obras Públicas e a da Fazenda. Evidentemente o que se buscava era um aumento da máquina pública em favor de um controle maior do estado, objetivando no fim uma maior arrecadação tributária pela Lei de nº 673, de 17 de novembro de 1928 – afetando o comércio terrestre entre as cidades do interior e porto do Recife. Além do seu empenho na construção do porto de Cabedelo, ou seja, limitando o poder das elites econômicas no interior e concentrando a hegemonia no litoral e conseqüente controle político.

Essas políticas como se era de se esperar não agradaram os coronéis, as elites do interior da Paraíba, que começavam a se movimentar e até a se armar para defender sua autonomia local. Entre esses opositoristas, estava José Pereira Lima, um dos maiores coronéis e detentor de um prestígio que superava as barreiras do estado da Paraíba e que tinha em Pernambuco relações político-comerciais. Seu domínio político estava localizado no município de Princesa, próximo ao estado vizinho. José Pereira era membro da Comissão do PRP e insatisfeito com as ações de João Pessoa, já se articulava para combatê-lo se seus interesses não fossem preservados. Um forte aliado de José Pereira era o advogado João Dantas, assim começava a se desenhar o cenário posterior e póstumo a João Pessoa.

As eleições só aparecem nos discursos como fraudulentas e corruptas, quando se rompeu-se o pacto de “cavalheiros”, entre os membros da elite economicamente e politicamente dominante – São Paulo e Minas Gerais. As eleições para o quadriênio de 1930-1934 era o cenário dos conflitos. O indicado ao cargo maior da nação deveria ser um mineiro, ou apoiado pelo governo de Minas. Nos preparatórios para o lançamento o do nome do seu sucessor, principalmente a partir de 1929, Washington Luís escolhe Júlio Prestes. É só através do orgulho político ferido e da necessidade da manutenção de sua hierarquia que o cabresto da população é visto e denunciado.

A partir dessa cisão definitiva que o presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, começou a negociação de apoio com o Rio Grande do Sul, em importância eleitoral ficava só atrás do eixo São Paulo-Minas Gerais. As negociações aconteceram entre 1928-1929, mas a Aliança que tomava força precisava de mais um aliado importante principalmente no Nordeste. Começou a oferta da pré-candidatura a vice com Pernambuco e outros estados, todos negando aceita prontamente por estarem satisfeitos com o modelo atual de política. Minas Gerais

abriu mão de lançar um nome próprio a candidatura, mesmo que para vice, por estratégia política. Pois almejavam destituir os paulistas do governo, para o retorno posterior. Por isso quanto mais estados aliados, mais forte se tornava a aliança.

A Paraíba só entra nesse cenário conturbado em 1929. João Pessoa o presidente da Paraíba, embora não afirmasse nada estava sendo sondado pelos dois lados. Washington Luís buscava o apoio para a candidatura de Júlio Prestes e Aliança buscava mais que um simples apoio, uma aliança e por ela oferecia a candidatura a vice na chapa encabeçada por Getúlio. João Pessoa como estrategista que era não se adiantou os fatos e esperou o momento certo para a sua tomada de decisão. Quando foi oficialmente consultado sobre o apoio à candidatura de Júlio Prestes ao palácio do Catete, João Pessoa reuniu o diretório do PRP em 29 de julho e foi decidido não apoiar a chapa oficial. Comunicando ao deputado Alfredo Tavares Cavalcanti no mesmo dia. Sendo eternizada posteriormente essa decisão como o “Nego”. O que de fato não foi uma palavra de efeito e sim um ato, segundo José Américo de Almeida. Pouco tempo depois João Pessoa recebeu um telegrama do mineiro José Bonifácio de Andrada e do gaúcho João Neves da Fontoura, o convidando oficialmente em nome da Aliança Liberal, a candidatar-se à vice-presidência a República. Sendo homologada no dia 20 de setembro sua participação. Assim uma nova aliança é proposta. A Aliança Liberal nasce dessa insatisfação, Getúlio Vargas presidente do Rio Grande do Sul encabeça essa chapa, tendo como vice o presidente da Paraíba João Pessoa – em vida um grande aliado e na sua morte se descobre maior ainda.

## **2.2 1930, o ano que não me esquecerá**

O ano de 1930 marcou a política brasileira e o estopim foi a morte de João Pessoa, o seu assassinio na prática “pouco” importava, o seu fim já estava aguardado<sup>7</sup>. O que realmente movimentava nesse momento a cena política e o partido liberal, era a questão de como utilizar a sua morte para fins políticos. Apontar perseguições e embargos ao governo do político morto, como também arquitetar a revolução, antes adiada, eram motivos de preocupações maiores por parte dos liberais. Narrar o que se passou nesse ano é aprender que nada está perdido na política. O que transforma o assassinato de João Pessoa de um crime passional e movido pelo ódio, e consequente ridicularização do seu inimigo pessoal João Dantas, para o assassinato político e

---

<sup>7</sup> Aqui nos referimos as constantes ameaças de vida que João Pessoa sofria, por seus desafetos. Sendo o mais conhecido o Coronel José Pereira e o Advogado João Dantas, este último cumpriria a ameaça. Contudo vale destacar que a vida política de João Pessoa e seus aliados, já estavam ameaçadas, evidenciadas pelas sanções impostas pelo governo federal a Paraíba.

crime de lesa pátria é o discurso. Faz-se importante perceber como os fatos anteriores ao seu fim é coletado e narrado. Portanto, a morte de João Pessoa na narrativa liberal, começa em 1929 com a recusa do mesmo a apoiar Júlio Prestes a presidência da república e é intensificado no ano da eleição de 1930 e nos acontecimentos posteriores a sua derrota, culminando no seu triste fim.

### 2.2.1 As eleições de cabresto: antes da morte a tentativa liberal.

O ano se iniciar as principais manchetes dos jornais traziam como notícia, a campanha feita no Rio de Janeiro, acontecido no Hotel Glória-RJ, aonde uma multidão assistia os discursos exaltados da Aliança Liberal.

**FIGURA 2:** Almoço de Campanha da Aliança Liberal.



**Fonte:** Jornal a Noite-RJ 02/01/1930.

Ao centro desse cenário estava a chapa que iria concorrer a presidência da república Getúlio Vargas e João Pessoa. Neste palanque discursaram lideranças liberais como José Bonifácio e Eptácio Pessoa, sendo deste último o discurso no Hotel Glória na capital Rio de Janeiro, no qual deixa claro a sua confiança na vitória: “O Brasil deve vencer, custe o que custar, a fim de restaurar o império da Lei e a moralização dos costumes políticos na vida cívica da Nação”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Palavras do discurso do senador Eptácio Pessoa no Hotel Gloria, *Apud*, Jornal a União do dia 01-01-1930.

Ou seria a necessidade de vencer? Pois que a realidade que se apresentava não era essa, já que o quadro de domínio político não se alterará. A campanha já tinha passado pelas capitais, Recife e Salvador, as quais junto com o Rio de Janeiro eram centros eleitorais importantes. Em todas elas passavam a imagem de que foram triunfantes, trazendo a imprensa o questionamento de como, a partir dessas movimentações populares, a candidatura de Júlio Prestes teria autoridade de se manter, visto que “estaria condenada pela vontade do povo”. Dezesete estados já haviam demonstrado apoio ao sucessor de Washington Luís e a estratégia liberal era baseada na confiança e em busca de alianças, além de esperar uma massiva dissidência do lado perrequista. Por outro lado, havia denúncias por parte dos liberais de entraves e ações ditas vexatórias em relação ao seu comitê.

Em terras de João Pessoa o Jornal a União, por ser um jornal do governo da Paraíba, funcionava como uma verdadeira máquina propagandista do governo. Todos os dias em que durou a eleição as manchetes giravam em torno dos “grandes atos” de João Pessoa. No entanto, isso não deslegitima as notícias, até porque toda a imprensa da época tinha um lado político e conseqüentemente os representava. O Jornal que fazia o contraponto com o jornal a União e dava voz aos opositores políticos de João Pessoa, era o Jornal do Commercio de Recife-PE, cujo os proprietários eram os irmãos Pessoa Queiróz, primos de João Pessoa, mas, seus desafetos. Ter a sensibilidade de identificar esses discursos e reconhecer a parcialidade dos fatos, também é função do historiador.

O presidente licenciado da Paraíba, João Pessoa concedeu uma entrevista a um jornal do Rio de Janeiro que foi transcrito no Jornal a União, no qual ele explica com um alto poder de persuasão de como a chapa liberal sairia vitoriosa. É importante destacar que o mesmo era um estrategista nato, experiente na política e se utilizando de dados genéricos, tentava passar a imagem de que a política fraudulenta representada pela política do Café com Leite, estaria por se findar. Exaltando assim os seus eleitores em potencial a um provável levante liberal. Por meio do discurso, fica claro que a Aliança Liberal só perderia se houvesse fraudes, resultado esse já esperado. Como mostra o trecho da entrevista de João Pessoa abaixo:

Acredito, disse elle, que a votação nos três Estados liberaes bastará para assegurar a maioria eleitoral. Ninguém póde ter, acrescentou, a mais leve duvida quanto á unanimidade com que o Rio Grande do Sul contribuíra para esse resultado e da esmagadora maioria que o P. R. M. obterá nas urnas contra a dissidencia de ultima hora. Na Parahyba será egualmente diminuta a votação que poderão obter os nossos adversários, sem nenhuma significação politica, sem o mais vago prestigio, sem mesmo alguns delles terem pelo menos imputabilidade pessoal. Aos setecentos e tantos mil votos que a Alliança reunirá nos tres Estados, basta sommar a maioria que facilmente teremos no

Distrito Federal e a votação vultosa que nos dará o Partido Democrático de São Paulo e as oposições dos demais Estados."<sup>9</sup>

Essa dissidência esperada não seria suficiente, mesmo acrescentando os 750 mil votos estimados pelo o presidente da Paraíba – até porque esses números eram na verdade uma estimativa levemente exagerada. A declaração de que a Aliança tinha hegemonia nos seus três redutos políticos e que por sua vez era detentora de um grande numero do eleitorado, não é errado afirmar. Contudo, acreditar em um levante seria perigoso e arriscado, representado pela dissidência dos demais estados. Significaria no mínimo uma expectativa incoerente aos fatos. E o motivo é simples as grandes economias disputavam entre si o poder, mas o diferencial estava presente no apoio dos estados menores, sendo que se encontravam satisfeitos com a politica até então vigente e enxergavam nessa disputa de poder uma forma de sair ganhando algum favor politico por parte do governo federal.

Mesmo assim João Pessoa seguia com o discurso vitorioso e já encarava como certo o sucesso liberal nas eleições, tanto que descartavam qualquer embargo por parte dos perrepiistas em aceitar a sua vitória. Mas a verdade era que a Chapa Liberal sabia que sua derrota representaria, mas que um pleito sem sucesso e sim uma derrota politica em seu sentido pleno. No caso de João Pessoa, os seus inimigos políticos na Paraíba já se arquitetavam contra ele, como o líder da cidade de Princesa-PB, José Pereira. Além de haver boatos de intervenção nos estados que desafiassem o governo federal, como fica evidente nesse trecho da entrevista.

A conversa rumou para outros assumptos relacionados com a campanha. Alludiu o sr. João Pessoa aos rumores de intervenção nos Estados. E declarou não acreditar que o governo federal chegue a taes extremos de insânia. Teve uma phase symptomatica: “Elles devem saber o que estão fazendo!” Recordou depois os episódios da phase primordial da campanha quando apenas se esboçava o dissidio. O presidente João Pessôa fez ainda outras considerações e criticou severamente a compressão que afirmou estar o governo de Pernambuco exercendo contra os liberaes, recordando vexames a que também disse ter o governo pernambucano submetido vários membros de sua comitiva, por ocasião da visita feita ao Recife, sendo alguns delles revistados por agentes de policia, até mesmo um velho e respeitável cidadão que é presidente do Conselho da Parahyba.<sup>10</sup>

O que se evidencia é que a politica do Café com Leite, já estava com os dias contados. O novo governo teria como estratégia politica sobrepor o lado derrotado, impondo sobre este

---

<sup>9</sup> Jornal a União 01/01/1930.

<sup>10</sup> Idem.

um maior controle e conseqüente perda de vantagens econômicas, e de alianças políticas. Muito embora João Pessoa deixe claro que eles deveriam estar cientes antes de tomar qualquer atitude extrema e ter alertado dos riscos que isso representava, o mesmo sabia o cenário que se desdobrava caso a Aliança Liberal tivesse a sua derrota confirmada, ainda era bastante incerto e obscuro. A elite oligárquica que Epiácio Pessoa, João Pessoa e seus aliados representavam era poderosa demais economicamente e politicamente para ser subjugadas. O mesmo se pode dizer de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. A entrevista também relata abusos de autoridade e empecilhos impostos para a realização de sua campanha. A campanha é feita de frases de efeitos, lembranças de glórias que serão utilizados em uma narrativa posterior.

A campanha seguia em meio a homenagens, denúncias de um governo autoritário e reuniões estratégicas. Para a elite os planos de governo eram apresentados em almoços e jantares requintados oferecidos por seus aliados. Ao “povo” em sua totalidade, era apresentado em lugares estrategicamente pensados e que caberia o maior número de pessoas. Se para a elite o que ficava era alianças político-econômicas firmadas em forma de apoio, ao “povo” restava a promessa de libertação de um sistema corrupto eleitoral, na falácia seria o fim do desgoverno da nação. Na prática caso a Aliança Liberal vencesse pouca coisa mudaria, sobretudo para a população mais pobre que se espremiavam para ouvir os seus candidatos discursarem em prol dos interesses de todos e continuarem a governar para poucos.

A plataforma de governo era apresentada a multidões e em sua passagem pela capital paulista o número divulgado na imprensa foi de cem mil pessoas que ouviram e aclamaram o discurso liberal. Nas palavras atribuídas aos próprios partidários de Júlio Prestes, a metrópole paulista fora teatro de uma manifestação popular tão grandiosa<sup>11</sup> - mas sem citar nomes. O importante salientar é que esses foram os números divulgados pela imprensa e, portanto, os que a população em geral teria acesso, o que ocasionaria uma empatia e orgulho do leitor afeiçoados as ideias e a imagem passada pela chapa Getúlio Vargas-João Pessoa. Os principais pontos da plataforma liberal são anistia aos revoltosos, voto secreto e melhorias trabalhistas. A ideia de voto secreto era uma forma de por fim aos arranjos da política do Café-com-Leite, mas certamente o caráter fraudulento permaneceria, posto que quem iria fiscalizar? No fim seria uma maneira de se um controle maior, porém a manipulação dos votos permaneceria nas mãos dos coronéis.

---

<sup>11</sup>Jornal a União, 08/01/1930

O que é interessante perceber são os discursos em que se autodeclararam desinteressados, sempre em favor do povo, pela a nação, mas que no fim prevaleceria os acordos de cavaleiros. Como na declaração de João Pessoa:

Não estou na actual campanha politica levado por qualquer interesse. Entrei nella sem ambição e nem nunca solicitei qualquer favor no actual presidente da Republica, cujo nome foi lembrado por mim ao dr. Epitácio quando eleito presidente da Republica, para ministro da Guerra, cargo que o sr. Washington Luís não aceitou por ter de assumir, depois, o governo de S. Paulo. Termina dizendo que já teve oportunidade de convidar o sr. Vital Soares para visitar o seu Estado, garantindo a s. exc. que seria recebido cordialmente pela Parahyba official. Diz que a política pôde separar os homens, mas nunca fazer com que elles esqueçam a sua educação.<sup>12</sup>

O que na verdade, não é bem assim. A sua candidatura funcionava como uma forma de garantir os interesses da elite oligárquica, a qual ele faz parte. E a própria declaração já deixa claro esse jogo de interesses, por meio de indicações e cortesias diplomáticas oficiais. O que fica evidente é que existe sim interesses, mas caso na eleição os liberais sofressem uma derrota, como já se esperava, poderia se pensar em novas alianças e acordos de poder. A educação declarada se trata desse fino trato na politica, pois podem ser ferrenhos opositores, mas quando surgir algo de interesse mutuo sempre caberá uma aliança.

**FIGURA 3:** Os retratos de Getúlio Vargas e João Pessoa, noticiando o dia das eleições (1930).



**Fonte:** Jornal a União, 01/03/1930.

<sup>12</sup> Jornal a União 05/01/1930

No dia 1º de março a eleição acontece, contudo, a apuração do pleito demoraria alguns dias. Tempo esse que a Aliança Liberal reafirmava a sua confiança na vitória. Pois defendia os anseios da nação que clamava por uma nova política. Inclusive nos discursos eles afirmavam que a candidatura liberal, tinha nascido da iniciativa popular e não dos interesses da elite, como de fato era.

**FIGURA 04 e 05:** Divulgação dos resultados das eleições de 1930, na Paraíba.



**Fonte:** Jornal a União, 03/03/1930.

É claro que essa esmagadora vitória se referia a Paraíba, reduto político de João Pessoa. O mesmo cenário se repetia no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, mas não ultrapassava esse limite já conhecido. O medo de ações de retaliação por parte do governo federal afastava qualquer tipo de dissidência ou apoio de outros estados aos liberais. Palavras difíceis não eram as apresentadas nos jornais aliada aos ideais liberais e sim as que reconheceriam a derrota. Pelo contrário era divulgado na imprensa uma expressiva votação nos Estados do Maranhão e Santa Catarina, passando a imagem de que a dissidência antes falada por João Pessoa já estaria evidente. A política inconsciente e tirânica denunciada nos discursos em que a Aliança se colocava como salvadora, era a mesma política que ela praticava e caso viesse ganha iria continuar.

A morte de João Pessoa significou a quebra desse paradigma, pois algo diferente ao que se praticava teria de ser feito, as suas promessas mesmo que de forma limitada seriam cumpridas. E todos iriam em nome do mártir da revolução e memória de João Pessoa “gritar” o discurso de que iriam libertar a nação. O uso da morte do político extinto fora uma construção que se utilizou de fatos anteriores a tragédia e principalmente de durante a campanha. Desde o

perrepismo praticado como retaliação a oposição em escala nacional, passando pela oposição que outrora foi situacionista na Paraíba, como essa declaração abaixo do presidente interino Álvaro de Carvalho a um jornal do Rio e transcrito na A União.

Como o presidente interino da Parahyba encara a scisão no situacionismo do seu Estado. “As noticias dos 1.200 cangaceiros do sr José Pereira, de alliciamento de tropa pelo governo do Estado, a adesão do padre Cicero, são o tecido de mentira e artificios do costume para illudir o ingenuos e encorajar as hostes desanimadas do albuquerqueismo”, diz a O JORNAL, do Rio, o sr. Alvaro de Carvalho.<sup>13</sup>

As resistências as politicas implementadas no governo de João Pessoa a frente da Paraíba já eram visíveis. Principalmente as que se refere ao controle maior do estado sobre os coronéis da região por meio de tributações antes não existentes. O interessante notar é o apelo a fé demonstrada pelo o uso da imagem de Padre Cicero, importante líder religioso que arrastava multidões por onde passava. A estratégia era conquistar o maior número de apoiadores possíveis. José Pereira se arquitetava com o apoio de cangaceiros, lideranças do movimento perrepista e para conquistar de vez os mais “ingênuos” buscava a benção de Padre Cícero, o qual era respeitado por todos, dos cangaceiros aos coronéis.

Antes mesmo do anuncio oficial da derrota Getúlio Vargas já estava negociando uma aceitação de sua derrota em troca de vantagem e a garantia de sua hegemonia no Rio Grande do Sul, o que tudo indica o que fora oferecido não foi o suficiente, motivo pelo qual Vargas permaneceu com a candidatura.

No dia 19 de março de 1930, a derrota da Aliança Liberal foi reconhecida pelo líder do PRR, Borges de Medeiros, reconhecendo assim o sucesso de Júlio Prestes, fruto de muitas articulações e alianças em torno do que restou da Política do Café-com-Leite. No entanto, depois da “aceitação” pela maioria dos liberais, começam as acusações e denúncias públicas de traição. Como no caso do senador Antônio Massa, que chegou a ser eleito membro da Comissão Executiva da Aliança no Rio de Janeiro e foi acusado de “hipotecar” o apoio aos liberais<sup>14</sup> depois de enviar um telegrama ao presidente da Comissão Executiva Dr. Affonso Penna, em que ele informa sua renuncia. É claro que essa atitude não só não agradou como também houve represálias publicas por vários lideres liberais como o Senador Eptácio Pessoa.

---

<sup>13</sup> Jornal a União, 09/01/1930.

<sup>14</sup> Jornal a União, 20/03/1930.

Contudo, a resposta viria por meio da divulgação dos nomes dos desertores por meio de membros muito insatisfeitos e que batia de frente, inclusive com o ilustre senador paraibano, como era o caso do Desembargador Heraclito Cavalcanti em que mandou ao preclaro brasileiro um despacho divulgado pelo *O'Paiz*<sup>15</sup>, em que ele terce inúmeras acusações sobre os seus próprios correligionários e críticas pesadas as políticas da Paraíba. No trecho a abaixo da manchete do *Jornal A União*, revela a relação divulgada pelo desembargador dos nomes dos desertores da Aliança Liberal no reduto paraibano:

Mas na parte final desse telegramma o desembargador Heraclito todo se enche de orgulho, apontando o nome dos que trairam o senador Epitacio, nesta torva jornada dos ultimos dias de fevereiro p. passado. Ee enfileira, impando de soberba, Camillo de Hollanda, Antonio Massa, Suassuna e Oscar Soares, Pedro Firmino, padre Octaviano, Ignacio Evaristo, José Pereira, Juvenal Espinola, Julio Lyra...<sup>16</sup>

Ou seja, o clima estava bastante tenso entre os membros da Aliança Liberal. O movimento dos Tenentistas, estavam já algum tempo querendo mover um levante revolucionário, mas encontrava a resistência de vários líderes liberais, incluindo Epitácio e João Pessoa. A insatisfação com os rumos do Brasil em 1930 por parte dos militares tenentistas era tamanha, mas não menor que o evidente fracasso que teria essa empreitada e o motivo era muito simples, faltavam alianças fortes em outros estados que por sua vez estavam dentro do esperado satisfeitos. E principalmente uma mobilização da população que legitimaria a ação revolucionária além de atrair os dissidentes necessário para o sucesso liberal.

João Pessoa depois da sua derrota voltou para a presidência da Paraíba, contudo, encontrou uma resistência de seus opositores mais ferrenha do que era antes, a insatisfação dos coronéis com as medidas principalmente tributárias e de controle do estado somado ao insucesso liberal motivaram levantes da oposição que queriam na verdade desafiar e ridicularizar João Pessoa. José Pereira líder da cidade de Princesa e aliado do presente de Pernambuco e do vitorioso Júlio Prestes era um dos principais opositores, principalmente depois de João Pessoa conseguir afugentar os ditos seus cangaceiros e impor sanções aos seus domínios, uma verdade afronta e disputa oligárquica. É que surge um importante personagem dessa trama política, o advogado João Dantas, aliado do Coronel José Pereira, insatisfeito com a ação contra seu amigo.

---

<sup>15</sup> Jornal a União, 20/03/1930.

<sup>16</sup> Idem.

O problema é que João Pessoa pertencia a uma importante oligarquia da Paraíba e exercia influência para além das fronteiras do estado, junto com seu tio que enxergava na mesmo sua continuação, tinha domínio absoluto na Paraíba. E um dos motivos dessa permanência do poder era muito mais que aliança, era a maneira com que eles “eliminavam” seus adversários, tanto que a oposição ao PRP era uma oposição “consentida”. Uma estratégia de domínio de seu opositor é o da ridicularização de seu oponente. E a prisão das tias de João Dantas e invasão de sua residência tiveram esse papel, contudo foi a divulgação das cartas íntimas de João Dantas e de sua noiva Anayde Beiriz, colocada como amante nas manchetes do Jornal a União que feriria não só o aspirante a político e advogado e sim o orgulho de homem do João Dantas que jurou vingança.

No dia 26 de julho, a confeitaria glória na capital pernambucana foi o cenário da morte de João Pessoa e a oportunidade esperada pelos seus aliados para a revolução que cominaria com a prisão de Júlio Prestes e ascensão de Getúlio Vargas, com a importante colaboração dos tenentistas. Pois com a morte do presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, o fim vira recomeço. Mas não sem antes se ter de construir pelo luto, o mártir, o “herói” *in memoriam* da revolução. O sentimento de perda que acarretará no luto pela população, que se comove e assim se legitima também como representantes dessa aliança libertadora, a arma para conseguir o apoio político para a revolução. O destino pode mudar uma realidade, mas só com o discurso certo ela se moldará a seu favor.

### **2.3 A tragédia da redenção: a morte de João Pessoa.**

As próprias manchetes dos jornais se apresentam em tom de discurso uma narrativa nesse sentido. Lê uma manchete de jornal ao público, em parte analfabeto é fazer o mesmo que um discurso em torno de uma verdade escrita com um propósito certo. Não acalmando assim os ânimos para o aceite da dor e sim aclamando-os a revolução. Como a manchete do *Jornal Correio da Manhã*, cujo dono era o aliado da aliança liberal Assis Chateaubriand, do dia 29 de julho de 1930 no qual se destaca, “um atentado brutal que emociona todo o paiz”.

**FIGURA 06:** Repercussão da morte de João Pessoa, ao mesmo tempo que o associam a imagem de Getúlio Vargas.



**Fonte:** Jornal Correio da Manhã, 29/07/1930.

Essa imagem passa a ideia do legado deixado por João Pessoa para a política, portanto, para seus aliados e herdeiros políticos. A estratégia começava a ser montada, o discurso era o mesmo, de que havia morrido o homem “honrado e digno” cuja vida fora toda dedicada ao “povo”, sem nunca ter demonstrado nenhum interesse. O que claramente é um estratagemma política, posto que ao associar a imagem de João Pessoa a Getúlio Vargas era o mesmo que deixar intrínseco a ideia de que os ideais e planos do político extinto agora mais do que nunca vivia em seus aliados, principalmente na figura de Getúlio, seu companheiro de chapa. A própria foto também não foi escolhida sem pretensão, ora tinha tirado no Hotel Glória no dia 30 de dezembro de 1929 e marcava a reta final da eleição de 1930. Em um momento em que ambos compartilhando do mesmo discurso liberal, cujo o mesmo também era publicado na imprensa. Como já falado anteriormente todos os discursos anterior a morte de João Pessoa que serão rememorados e ressignificados em prol de um discurso libertador da nação. Era na verdade a legitimação de uma atitude extrema no campo da política, o golpe de estado. A luta pelo luto tem como principal objetivo conquista o povo e com aclamar um levante e golpe com aprovação popular e consequente dissidência de outros estados.

Ou seja, a morte de João Pessoa sendo usada como uma denúncia. O assassinato foi feito por desavenças pessoais, mas as tramas por trás do poder também se faziam evidentes. Cada qual pertencia a um lado. João Pessoa, para os seus aliados foi, portanto, morto pela

negligência de seus adversários políticos, em dar uma condição de defesa digna, em respeito ao cargo que o mesmo desempenhava, aos mais eufóricos, se tratava na verdade de uma trama de assassinato do político e porque não imaginarmos em meio aos discursos inflamados, de falar-se em assassinar a “política” liberal. Que renasceria mais forte do que nunca com a ressignificação da morte de João Pessoa nos discursos políticos.

### **2.3 Em meu nome, se libertem... E governem o povo.**

O jornal da Manhã-RJ, no dia 27 de 07 de 1930, não só narrou o acontecimento da morte de João Pessoa, como fez uma cobertura jornalística atacando o governo federal e os seus aliados. Nessa época não existia jornalismo “imparcial”, ou em uma parcialidade velada. Por isso o que se ver nessa manchete são denúncias e revelações da revolução pretendida pelos liberais. Como se evidencia nesse fragmento:

A cidade inteira encheu-se de apprehensões pouco depois do anoitecer. Espalhára-se rapidamente a noticia do assassinato do presidente João Pessoa. Não se sabia ao certo a procedência" do boato, nem era possivel, sem duvida devido ás precauções officiaes, verificar, desde logo, a sua veracidade. O governo fechára-se em silencio industrioso e as agencias telegraphicas; cerca das 11 horas da noite, nada mais adeantavam do que confirmar a triste occorrenciã. Era evidente que a acção do Cattete, que fôra ao ponto de armar o cangaço contra o presidente que tivera a audácia de vetar a candidatura que elle escolhera para o próximo quadriennio, procurava, ainda depois da morte, impedir que o facto criminoso tivesse repercussão maior, augmentando a onda de indignação que, de norte a sul do paiz, acompanha os seus actos de prepotencia contra a fraca unidade federativa! Só mais tarde, quando não mais era possivel esconder a infausta noticia, é que os Telegraphos começaram a dar curso aos despachos que o crivo da censura permitтира, ou — quem sabe? — adulterára...

Desgraçadamente o attentado, hontem occorrido em Recife, nada mais é do que o epilogo da campanha insólita, truculenta e criminosa que o governo federal vinha movendo contra o presidente João Pessoa.<sup>17</sup>

Como percebe-se o jornal acusa o governo federal, ou melhor, o Catete de armar os cangaceiros, aqui uma clara evidência ao ocorrido em Princesa-PB. No qual o Coronel José Pereira bateu de frente com o governo de João Pessoa na Paraíba, acobertado pelos os cangaceiros. E essa narrativa só irá ser repetida e repetida nos discursos pós morte de João Pessoa. O mesmo não era favorável a revolução liberal, era dito um apaziguador. Contudo a

---

<sup>17</sup> O Jornal Correio da Manhã, 27/07/1930.

versão apresentada depois que falecerá, com a intenção de consolidar a revolução, foi que João Pessoa não só era favorável, como arquitetava esse levante.

Depois de baleado e ter lhe sido negado o primeiro atendimento, caí sem vida na Drogaria Brasil, no Recife-PE. A morte de João Pessoa, foi noticiado como uma denuncia, aclamado a sua memória e ao mesmo tempo se articulava a consagração do golpe disfarçado de revolução. O povo depois da morte de João Pessoa e de se comover com o seu fim, principalmente os paraibanos, se conformavam ou não<sup>18</sup> com a necessidade de uma revolução da Aliança Liberal em memória do ex-presidente da Paraíba João Pessoa.

---

<sup>18</sup> Na verdade, a população não era ingênua como pode parecer na narrativa. Muitas vezes não se trata de conforma-se com a situação e sim simplesmente serem indiferentes ou coniventes com as ações provenientes das estratégias políticas postas pelo os usos do luto enquanto discurso de poder.

### CAPÍTULO 3

#### O LUTO SILENCIADO: A MORTE DE JUSCELINO KUBITSCHKEK EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1976)

*“Um homem maior do que os seus erros. O exemplo que deixa, não hesitamos em repetir, a ver o entendem, é este: cordialidade e imaginação.  
(Carlos Lacerda)*

Nos discursos da memória, o governo de JK foi o responsável por ter modernizado o país e ser responsável por abrir as portas, ou melhor os portos para o comércio exterior, assim surge Juscelino Kubitschek. Crítico ferrenho do regime instaurado ao passo que se articulava para um futuro pleito a presidência<sup>19</sup> em uma eventual redemocratização do Brasil. Um acidente fatal o legitima a mártir histórico. No momento, em tempos de opressão e perseguição política, houve quem acreditasse em um assassinato, mas por medo de ter o mesmo fim, se silenciaram. Os usos de sua morte, como denúncia dos horrores da ditadura feito tanto por seus aliados como por seus opositores será objeto de análise dessa escrita historiográfica. No entanto, considerando o fato de que para os militares da época, o nome de Juscelino Kubitschek fora apagado do *hall* da resistência do regime, por acidente ou estratégia passa a ser algo discutido nos dias de hoje. Motivo pelo qual há uma cisão entre as Comissões da Verdade Nacional e a Comissão da Verdade Paulista.

A morte causa reações das mais variadas, desde a frustração e dor da perda até a reflexão dos fatos ocorridos, de maneira a se rebelar-se e contestá-la. O luto instaurado nesse momento ditatorial é algo perigoso. como destaca em o *silencio dos vencidos* (DE DECCA, 1981). O luto também se transforma em uma arma de resistência, o político *in memoriam* permanecerá na linha de frente das ideias de redemocratização e sua morte nos discursos será transformada em denuncia da perseguição e censura da liberdade. Políticos já sem vozes ativas, anteriormente sejam aliados ou opositores se unem, em busca de provocar um levante libertador do país, um ensaio porque não colocarmos assim do “diretas já” que ocorrerá mais adiante.

As imagens de Juscelino Kubitschek em suas diferentes visões e versões, mostraram a força do discurso e da mobilização da população. Os seus feitos ditos modernizadores e de aproximação com o comércio exterior, se tornaram marco de sua vida pública. A construção de

---

<sup>19</sup> O ex-presidente Juscelino Kubitschek se articulava em torno da possibilidade de concorrer as eleições, a principio marcada para o dia 03 de outubro. Porém com as manobras políticas-militares, a ditadura militar foi instaurada e as eleições canceladas. Adiado assim os planos de JK.

Brasília foi um divisor de águas em sua carreira, pois o mesmo apresentava para o país uma cidade planejada e pensada a partir desse ideal e viés modernizador. Era um suave aceno para o futuro, a partir de então espelhada na construção da sua capital federal. As suas alianças políticas e a consequente aprovação do seu mandato como presidente do Brasil (1956-61), soaram como uma ameaça, quando em meio a repressão, censura e perseguição instaurada pela ditadura militar se entusiasmara com a ideia de voltar a concorrer a presidência da república em um eventual processo de redemocratização do país, ao deixar claro suas intenções e de certa forma com a pretensão ou não, conclamando a população revoltada a uma resistência. O problema era evidentemente a quem isso iria atingir diretamente e qual seria a reação por parte dos militares para frear essa ideia libertadora sem uma consequente revolução em torno de um mártir e herói da nação. Uma morte acidental seria uma saída, respaldada na censura aos discordantes.

Hoje o seu nome está nas denominações de ruas, de edifícios, nos monumentos como estatuas e bustos assim como nos discursos motivacionais, lembrado sempre que necessário como um exemplo político de se governar, os signos da memória se fazem presentes e justificados pelo o seu passado, não só o político, mas ao mártir ou para muitos o mito construído á partir de sua morte.

### **3.1 narrativas da vida de JK: notas para a construção do mártir**

A morte de Juscelino Kubitschek reavivou nos que ficaram e vivenciavam a época da ditadura o sentimento da memória dos “bons” tempos do seu governo, do reconhecimento de tudo feito antes da partida da alma. No seu corpo ficaram as marcas... marcas do acidente, marcas que poderiam denunciar algo que fora rapidamente silenciado. A complacência com o ocorrido e sua resultante comoção nacional poderia causar uma revolução. Com a motivação certa e o bom uso do discurso e da retórica política, poderia denunciar a real situação do país em 1976, se não fosse o problema da resistência da ditadura militar que por sua vez enrijecerá suas leis e censuras, certamente os políticos mesmo de maneira velada contestariam a versão da morte acidental, motivados pela estratégia de pôr um fim a esse período militar ou até pela certeza de um crime.

A abrangência das biografias de JK é enorme, contudo o objetivo desse trabalho é refletir sobre o legado de sua morte. A quem interessava esses discursos, como poderia haver uma resistência frente aos militares pelo o uso do político *in memoriam*. A oposição e os herdeiros políticos de JK se uniriam para um bem maior? Haveria, contudo, uma resistência ou

esse levante popular pelo mártir seria silenciado? Buscando entender o contexto dos usos dos discursos para época, se faz necessário uma breve biografia de Juscelino Kubitschek. Posto que seus feitos políticos e sua índole seria por vezes invocada em meio aos silêncios do regime militar.

A vida de Juscelino Kubitschek se diferenciava em seu início, quando comparado a outros presidentes da república. Fruto da união de Júlia Kubitschek e João César de Oliveira, nasceu em 12 de setembro de 1902 na cidade de Diamantina (MG), cidade que nunca fora esquecido por quem, viria a ser um dos seus filhos mais ilustres. Embora de herança oligárquica, JK teve uma origem humilde, a sua mãe, uma professora do primário sofreu resistência por parte de sua família ao se casar com o seu pai, um caixeiro viajante. Motivo pelo qual ela renegava qualquer ajuda por parte de seus ascendentes<sup>20</sup>. Juscelino perdeu o seu pai, morto com tuberculose, quando tinha 3 anos, sua referência sempre foi a sua mãe, que se transferiu para a cidade Grupiara, onde conseguiu permissão para morar na escola onde lecionava para mantê-lo e a sua irmã. Essa criação matriarcal, o despertou um olhar mais humanizado pelas pessoas, o homem da casa que teve sempre o olhar disciplinador da mãe baseado nos estudos, já entendia desde cedo a importância da educação em sua vida.

Em meio a situação financeira humilde de sua mãe, Juscelino se esforça em busca de seus objetivos, depois do primário ministrado por sua mãe, ganhou redução das taxas de matrícula para estudar na capital mineira, Belo Horizonte. Para alcançar o seu objetivo maior, que era cursar medicina, passou por diversos obstáculos e etapas, conseguindo o êxito em se matricular no ano de 1922, graduando-se em 1927 como médico e se especializando em urologia na cidade francesa Paris, em 1930. Esse seria de um dos primeiros feitos e passos para a sua carreira política mais adiante, posto que lhe daria *status corpus* necessário. Outro fato que mudaria o rumo da vida de JK, ocorria em paralelo a sua formação médica, ou seja, sua aproximação com a Aliança Liberal.

Juscelino era um apoiador da Aliança Liberal, desde a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, mas acompanhou da Europa a eclosão da revolução de 1930, tendo como fundo dramático a morte do vice da chapa liberal. Em sua estadia na França, em meio as observações típicas de turista-estudante, se maravilhava com os ideais modernizadores. O estrangeiro, para JK não era mais estranho e isso iria ficar evidente em seu governo presidencial a *posteriori*. Na sua volta ao Brasil assume novas funções e cargos fruto de sua especialização e de suas redes

---

<sup>20</sup> Dos quais se destacava da política seu tio-avô João Nepomuceno Kubitschek, senador constituinte estadual em Minas em 1891 e vice-presidente do estado de 1894 a 1898, durante a presidência estadual de Crispim Jacques Bias Fortes (CEPDOC).

de contatos. Essas relações de posicionamento e apoio ao um grupo político, no caso da Aliança Liberal, principalmente no contexto da época lhe despertava apreço e confiança de seus correligionários, e evidentemente acabaria por envolvê-lo na política. Em 30 de dezembro de 1931, ao casar-se com Sara Gomes de Lemos, membro da elite do estado de Minas Gerais<sup>21</sup>, recuperava o prestígio e status de elite oligárquica que outrora lhe fora “negado”, era só o começo de sua redenção pessoal, embora não fosse o seu objetivo se tornaria consequência do caminho que trilhara em sua vida.

No exercício de sua profissão em meio a Revolução Constitucionalista de 1932, ampliou seu ciclo de amizades no qual se destacaria Benedito Valadares – responsável em certa medida por ingressá-lo na política – sendo o mesmo indicado por Vargas para interventor de Minas Gerais em 12 de dezembro de 1933 e que indicaria para chefia do Gabinete Civil Juscelino Kubitschek. O próximo passo era participar efetivamente da política para tanto em 1934 se filiou ao Partido Progressista - MG pelo qual vai concorrer e sair vitorioso com uma boa margem de votos para deputado federal por Minas de 1935-1937. JK foi antes de tudo um defensor dos interesses de sua cidade natal, Diamantina, sendo o responsável por conseguir recursos para esta cidade, antes mesmo de ter um papel político definido, depois de conquistado esse posto o mesmo se desenhava como liderança política em ascensão de Diamantina.

Em 1940 foi nomeado como prefeito de Belo Horizonte pelo interventor Valares, que como dizem deixou claro que não aceitaria um não como resposta, tanto que já havia publicado no órgão oficial do estado de Minas Gerais, por essa passagem podemos constatar um forte prestígio e confiança. Em 1946 votaria a ocupar uma cadeira de deputado, agora constituinte. Nessa outra sua ação política conquistava apoio importantes para o seu desenvolvimento como político persuasivo, convencendo os seus aliados a se articularem em prol de seus objetivos futuros, criando assim o PSD – Partido Social Democrático. No ano de 1949, ocorreu uma disputa acirrada e de interesses da elite mineira em torno do candidato pelo partido PSD ao governo de Minas Gerais, entre Juscelino Kubitschek e José Francisco Bias Fortes. Os dois chegaram a provocar uma cisão no partido, mas por 13 votos a 10. JK saiu candidato e venceu as eleições tornando governador. Suas ações no governo de Minas junto com seus aliados seria

---

<sup>21</sup> Seu sogro, Jaime Gomes de Sousa Lemos, vinculado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), representara Minas na Câmara Federal de 1912 a 1922. Sara era ainda prima de Francisco Negrão de Lima, que viria a ser ministro da Justiça de 1951 a 1953, prefeito do Distrito Federal de 1956 a 1958, ministro das Relações Exteriores de 1958 a 1959 e governador da Guanabara de 1965 a 1971, e de Otacílio Negrão de Lima, que ocuparia o Ministério do Trabalho em 1946 e seria deputado federal de 1955 a 1959.

o seu trampolim para sua conquista a Presidência da República, fato que se confirmaria em 1956.

De uma vida simples, Juscelino conquistou o maior cargo político da nação, status social e a chance de colocar em prática os seus ideais modernizadores transformados no que passou a se chamar de “seus anos dourados”. O objetivo desse trabalho não é narrar seus feitos a frente do governo federal, mas é entender que seus atos, seus discursos como o seu slogan 50 anos em 5 e a construção da nova capital federal, Brasília despertam em tempo de ditadura um retorno da memória de sua administração como a dos bons tempos. JK tinha um pouco de receio em relação as ações anteriores de Getúlio Vargas, mesmo quando o mesmo o apoiou. O seu governo populista ao contrário de Vargas – um nacionalista que tinha uma certa resistência ao comércio exterior, tinha por objetivo abrir o Brasil para as empresas e conseqüente capital estrangeiros. Fato concretizado através do incentivo para que montadoras que se instalaram no Brasil, ocasionando um conseqüente desenvolvimento e criação de postos de trabalho. Ao terminar o seu mandato de presidente, Juscelino Kubitschek saiu com uma popularidade em alta, além de poder e influência enorme, o que fez com que exercesse outros cargos públicos a exemplo de sua atuação como senador.

**FIGURA07:** Juscelino Kubitschek saúda o povo na inauguração de Brasília.



**Fonte:** <[http://www.brasil.gov.br/governo/2010/03/juscelino-kubitschek/031096\\_SCS\\_JF\\_10\\_3\\_C\\_1\\_JK\\_saуда\\_o\\_povo\\_na\\_inaug\\_de\\_Brasilia\\_DF\\_21\\_04\\_60\\_Autor\\_Gervasio\\_Batista.jpg/view](http://www.brasil.gov.br/governo/2010/03/juscelino-kubitschek/031096_SCS_JF_10_3_C_1_JK_saуда_o_povo_na_inaug_de_Brasilia_DF_21_04_60_Autor_Gervasio_Batista.jpg/view)>. Acesso em: 26 de nov. de 2018.

Esse líder desenvolvido e carismático escondia um homem melancólico, segundo o seu diário. Diário esse que só fora descoberto após a sua morte. JK, continuou exercendo importante influência entre os políticos e a população que o ovacionava. Setores da economia foram beneficiados com as medidas de Juscelino quando abre as portas do Brasil para o mundo, para alguns, até em demasia. Passando os anos, os militares destituem João Goulart da presidência do Brasil e assumem o poder teria início assim a ditadura militar em 1964. Nessa nova conjuntura política, Juscelino Kubitschek sabia do reconhecimento do seu mandato e do seu apoio popular, junto com a Frente Ampla pretendia mobilizar forças políticas e das massas para por fim ao período de exceção.

### **3.2 JK, um gesto de despedida.**

A memória derradeira de Juscelino em público foi o seu característico aceno, enquanto se despedia de seu amigo e jornalista dono da revista Manchete, Adolpho Bloch<sup>22</sup> e demais presentes. JK demonstrava otimismo e serenidade, o qual lhe era habitual. Saudoso de sua época a frente do governo federal, declarava em meio as rodas de amigos, que já tinha feito o que o estivera ao seu alcance pelo o Brasil, contudo se animava com a possibilidade de um dia poder novamente concorrer as eleições para presidente, sempre confiante na vitória. Carismático e como um entusiasta do movimento de redemocratização do Brasil, pensado e planejado em meio aos silêncios da ditadura pela Frente Ampla. JK era antes de tudo um político experiente e, portanto, sabia que as possibilidades desse movimento acontecerem passaria se não por um, mas por dois caminhos, por ele apontados. Os quais seriam:

[...] só há duas soluções para a crise brasileira: a abertura provocada por um golpe de força, que teria necessariamente um caráter esquerdista ou comunizante, ou a abertura gerida pelo próprio governo. (CONY, 1981, s/n)

Nos momentos seguintes a essa última lembrança narrada de JK, ocorreria o acidente que o vitimaria. O 24º presidente da república, teve a sua morte narrada por Carlos Heitor Cony:

---

<sup>22</sup> Adolpho Bloch era um ucraniano de origem e empresário da imprensa. Fundou o grupo Bloch, proprietário da editora Bloch, responsável pela Revista Manchete e posteriormente de rádios e canal de tv aberta com o mesmo nome. Mas antes do empresário, ele era jornalista e amigo pessoal de Juscelino Kubitschek. Partiu dele o pedido para que Geraldo Ribeiro o levasse ao aeroporto.

A tarde é triste, feia, cai uma garoa fria, o céu está baixo, de chumbo. Antes de entrar no carro, JK acena para o motorista de MANCHETE. É o seu último aceno. Aquele aceno que os brasileiros tão bem conheciam e que ficaria perpetuado, em bronze, no alto de seu Memorial a ser erguido em Brasília. Foi para um homem do povo esse último aceno, com gosto de adeus. Duzentos quilômetros à frente, o impacto — e ele explodiria como uma estrela. (IDEM, 1981, s/n)

Carlos Cony<sup>23</sup> narra a morte de Juscelino – em sua obra *JK - Memorial do Exílio*, lançado em princípio na Revista Manchete no ano 1981<sup>24</sup>, portanto, inserido no contexto em que a ditadura militar perdia força – sobre a perspectiva o conto é parte do luto, da memória a ser construída. O mártir neste trecho já se desenha, aquele aceno que seria perpetuado em bronze e, portanto, por meio do uso deste signo da memória, mitificaria a imagem do presidente morto. A expressão “de chumbo”, se refere evidentemente a cor acinzentada do céu naquela tarde, se é que o autor não se utilizou da licença poética para descrever um cenário melancólico e aprofundar o sentimento de perda, e tristeza no leitor, mas, contudo, o Brasil já vivenciava os seus ditos anos “de chumbo”. Evidente que a morte de Juscelino Kubitschek levantaria muitas versões e diversas suspeitas e protestos, se não fosse pela ditadura militar então vigente. O silêncio instaurado pela ditadura silenciava até mesmo o mais cético de um crime político. A denúncia, como um choro seria engolida e somente regujitada anos depois, em um contexto político diferente, no período de redemocratização do Brasil, tão almejado por JK, que o mesmo não alcançou, mas, contudo, indiretamente contribuiu para que isso fosse possível.

Na tarde do dia 22 de agosto Juscelino Kubitschek morre vítima, *a priori*, de um acidente de carro na rodovia Presidente Dutra na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Na primeira versão<sup>25</sup> o carro da Revista Manchete dirigido por Geraldo Ribeiro, após diversas ultrapassagens perigosas, veio a colidir com o ônibus da Viação Cometa, sendo arrastado para a pista contrária e por fim abalroado por uma carreta de gesso. Com o impacto o banco no qual estava Juscelino foi projetado para fora do carro, ocasionando a sua morte instantânea. O motorista e amigo pessoal há mais de 30 anos e como noticiado na época, seu confidente, também veio a óbito. Acidentes acontecem evidentemente, mas os acontecimentos anteriores e posteriores aos fatos,

---

<sup>23</sup> Carlos Heitor Cony, foi um colega na revista Manchete e amigo de Juscelino Kubitschek. Após a morte de JK, foi o responsável por escrever as suas memórias, tornando-se um dos principais biógrafos do Nonô de Dona Lúcia Kubitschek, mãe de Juscelino.

<sup>24</sup> *JK – Memorial do Exílio*, fazia parte de coletânea de reportagens publicadas na Revista Manchete, posteriormente, em 1982. Carlos Cony, reuniu os livros autobiográficos de Juscelino e as suas publicações para lançar, *JK – Memorial do Exílio*, em uma versão ampliada.

<sup>25</sup> A fonte desta informação parte da Revista *Fatos e Fotos - Gente*, de Brasília, pág. 23. Em sua edição *O Brasil chora JK*. Complementada com o divulgado na *Memória Globo Morte de JK*.

demonstraria uma sequência de coincidências que sequer seriam de maneira mais incisa questionada pela imprensa da época. A ausência dessas denúncias, soam também como uma denuncia.

No dia 05 de setembro de 1975, 15 dias após o ocorrido e, portanto, contemporâneo aos acontecimentos, A *Revista Fatos e Fotos - Gente*, de Brasília. Publica uma edição especial e que já se destacava, como um documento histórico em sua capa, cuja a edição se intitulava: *O Brasil chora JK*. Nesta edição a revista faz uma coletânea dos acontecimentos imediato a morte de JK, narrando desde as circunstâncias apuradas e divulgadas do acidente, o velório e o cortejo, ilustrando com riquezas de detalhes, por meio das muitas fotos presentes neste memorial. Como no próprio editorial afirmava “Morreu um homem do tamanho do Brasil” (Revista Fatos e fotos, P.03). As demonstrações de carinho e luto da população, além das condolências de varias autoridades se fazem presentes. A intenção da revista ao que se evidencia, não era política, pois, não continha denúncias explícitas e nem declarações polêmicas sobre o ocorrido, mas se analisamos com um olhar sensível ao fatos, de quem conhecimento do contexto ao qual essa publicação estava inserida, veremos sim, sussurros no silencio de uma estratégia politica velada com a intenção de controlar manifestações públicas e de diminuir o impacto que a notícia da morte de Juscelino Kubitschek causaria na população.

**FIGURA 08:** Capa da Revista Fatos e Fotos Gente: O Brasil Chora JK.



**Fonte:** Revista Fatos e Fotos. (1975)

Sendo assim, essa edição será utilizada nessa pesquisa como de fato, um documento histórico, para além de uma revista que só despertava ao seu leitor na época, para um sentimento de saudosismo de tempos dourados, ali declarados extintos. O acidente fatal de JK, chama a atenção pelos depoimentos das testemunhas e publicadas em pleno regime militar. Como evidencia esse trecho abaixo:

...A fechada de um ônibus, na versão de Ladislau Borges, o motorista da carreta com o que o Opala se chocou. O susto com o aparecimento do ônibus, depois de várias ultrapassagens arriscadas, segundo o advogado Paulo Oliver, passageiro do ônibus 3.148 da Viação Cometa. A perda do controle do carro, causada talvez por um ataque cardíaco, na opinião de Josias Nunes da Silva, o motorista do ônibus que teria fechado e abalroado o Opala. (Revista Fatos e fotos, P.23)

Analisando a reportagem, podemos evidenciar alguns pontos: a) O motorista da carreta, diz que Geraldo Ribeiro, com a experiência de muitos anos de estrada, estaria fazendo ultrapassagens arriscadas. b) Já para um passageiro do ônibus a explicação, seria porque Geraldo teria se assustado ao ver o ônibus a sua frente. c) a versão do motorista do ônibus de que o motorista de JK, teria sido acometido por um mal súbito em decorrência de ataque cardíaco. E mais a frente na reportagem, evidencia que, d) “em novo depoimento, o motorista da carreta agora acusa um caminhão de ter fechado o Opala” (Revista Fatos e Fotos, p.23). Evidenciando a principio interseções e contradições nas narrativas. A revista encerra a narrativa dos fatos com a incerteza que irá se arrastar até os dias de hoje, ao afirmar que as causas do acidente ainda estão indefinidas. Indefinidas ou sem interesse de elucidação, por parte das autoridades da época. O sigilo, ou melhor, o silêncio sobre o acontecido assim seguiria até o fim do regime.

Esse mau-súbito levantando pelas testemunhas, não pode ser apresentado como indicio de uma morte, como posteriormente a Comissão da Verdade de São Paulo afirmaria. Pois, segundo os relatos de Adolpho Bloch, – Jornalista, proprietário da revista Manchete e amigo de Juscelino, além de ser o responsável por mandar Geraldo Ribeiro conduzir o seu amigo até o aeroporto – a Carlos Cony, um dos biógrafos de JK, nos quais diz que Geraldo Ribeiro estava bem – disposto e feliz pelo reencontro com o antigo patrão e amigo há mais de trinta anos. Evidentemente que maus súbitos acontecem, mas as circunstâncias anteriores aos fatos levantam suspeitas e indagações sobre o ocorrido.

### 3.3 A ameaça da frente ampla: o prenuncio do silêncio.

O regime militar é instaurado com a declaração de vacância do cargo de Presidente da República, lida na madrugada do dia 01 para o dia 02 de abril de 1964, pelo o presidente do Senado Auro de Moura Andrade, aprovado por votação, inclusive com a participação na mesma de Juscelino Kubitschek. Na ocasião se declarava que João Goulart teria deixado o país, quando na verdade o mesmo se encontrava no Rio Grande do Sul, se articulando com aliados para os próximos passos. Evidente não houve tempo e João Goulart sofreu um golpe, perdendo o seu cargo, assumindo assim o presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazilli. Após o conhecimento dos fatos e empossando o novo presidente provisório. João Goulart partiu em exílio para o Uruguai.

Depois de instalado a ditadura militar e com o seu ideal de progresso e manutenção da ordem pela força se preciso fosse. Como já se destacava em seu slogan: Brasil, Ame-o ou deixe-o. Começa a perseguição aos seus “inimigos”, o que na verdade se refere a neutralizar quem ameaçasse o novo comando. Neste mesmo ano de 64, Juscelino Kubitschek teve seu mandato de senador e seus direitos políticos cassados. Provavelmente um dos motivos era o desejo de JK, já declarado aos seus aliados de disputar as eleições, estas que nunca aconteceria, de 1965 e voltar a presidência da república. Sem saída, perseguido e temendo por sua morte, parte em exílio para Portugal.

**FIGURA 09:** João Goulart, Carlos Lacerda em encontro da Frente Ampla.



**Fonte:** <<http://memorialdademocracia.com.br/card/jango-jk-e-lacerda-criam-frente-ampla>>. Acesso em: 26 de nov. de 2018.

Um dos principais apoiadores do golpe militar de 64, Carlos Lacerda ex-governador da Guanabara. Acreditava que obteria vantagens e ascensão política nos governos militares, se frustrando em 1965 ano do Ato Institucional nº 2, que tornava por meio da eleição indireta o mecanismo de atuação. Antes aliado, desde a promulgação do AI-2, Carlos Lacerda se tornaria um crítico ferrenho e opositor ao regime. Em outubro de 1966 se articula em torno do movimento político que se denominaria de Frente Ampla<sup>26</sup> e tinha como objetivo principal a “restauração do regime democrático”, ou seria a redemocratização do poder.

A Frente Ampla ganha destaque e poder de articulação, quando se junta a Carlos Lacerda, a figura política de Juscelino Kubitschek e João Goulart, ambos ex-presidentes da república, além de outros correligionários. Esses três morreriam em espaço de 10 meses, entre 1976 e 1977. Embora não seja objeto desse trabalho a discussão sobre a Frente Ampla, essa breve explicação se faz necessário para entender as dúvidas sobre a morte de JK que a princípio não foram respondidas, nem sequer questionadas.

Outro fato que indagava sobre as causas da morte de JK, era um boato que circulou na imprensa, há doze dias antes do acidente fatal, no qual davam a notícia de que Juscelino Kubitschek teria morrido em acidente como narrado Carlos Cony:

Em meio à conversa, chegam à fazenda diversos carros vindos de Brasília. São repórteres que desejam apurar a notícia que começou a ser veiculada ao cair da tarde: algumas versões davam JK como morto num acidente de estrada, outras versões falavam de um enfarte fulminante sofrido na própria fazenda. JK ri, manda servir cafezinhos, acha graça no boato. Mas, ao fim da noite, quando todos vão embora, ele sente um nó dentro do peito. E deixa registrado em seu diário uma premonição amarga sobre o fim que sente próximo. (CONY, 1981, s/n)

Como narrado, embora Juscelino não deixasse transparecer, sabia que o seu fim poderia estar próximo. Mesmo que padecesse com um tumor na próstata, embora tratado, mas novamente regredido, deixando a saúde de JK debilitada e com seus 73 anos de vida e em análise dura, com pouca perspectiva de muitos anos a frente, ainda assim era uma ameaça ao governo militar. Juscelino em sua vida política teve pouco tempo para escrever suas memórias, suas ficções. Tempo este que encontrara no exílio e escreveu sua própria história, agora lápis e

---

<sup>26</sup> A Frente Ampla foi finalmente lançada em 28 de outubro de 1966, através de um manifesto dirigido ao povo brasileiro e publicado no jornal carioca Tribuna da Imprensa. Assinado apenas por Carlos Lacerda, o documento defendia eleições livres e diretas, a reforma partidária e institucional, a retomada do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política externa soberana. Apesar de não ter sido firmado por Goulart e Kubitschek, o manifesto confirmava as negociações entre eles e Lacerda. (CPDOC)

papel. *A experiência da humildade* (primeira parte de suas memórias) e, *Porque construí Brasília*, no qual narra o desafio pessoal e político de construir a nova capital federal. No dia de sua morte Juscelino carrega consigo em sua maleta preta, o seu diário, no qual ele narrava suas aflições perante a vida e a situação do país. Esse diário fora recuperado em meio as ferragens e feito cópias. Aos poucos, às páginas desse diário foi “vazado” e publicado trechos, inclusive por Carlos Corny, Cláudio Bojunga e outros biógrafos. Mas o seu uso mais sensível, foi como prova *a posteriori*, de que JK não sofreu um acidente, mas fora morto.

### **3.4 O adeus a JK: “como poderei viver sem a tua companhia?”**

O uso do luto, como instrumento político em torno de Juscelino Kubitschek diferente de outros casos<sup>27</sup> foi silenciado. Para não se falar de assassinato do motorista enquanto este dirigia, se falava em mal súbito. Ao não se denunciar as ameaças de morte anteriores ao acidente fatal, trazia a memória a história de sua morte. Nem um noticiário levantou suspeita alguma sobre o acidente, somente noticiou os fatos mediante o olhar regido do regime. A nação estava de luto, mas só foi registrado as fotos do acidente e não as circunstâncias. O governo militar poderia até tentar, mas o único momento que não teria controle fora no cortejo e velório de Juscelino, a multidão em lágrimas e gritos de gratidão se despedia em luto pelas as avenidas. Os políticos se articulavam em silêncio, mas em público prestavam condolências. relembavam os feitos de JK e até os seus inimigos políticos demonstravam nesse momento admiração.

Juscelino foi um presidente que tinha uma visão de mundo que diferenciava de outros governantes, um bom estrategista e conciliador, conseguiu pôr em práticas seus ideais modernizadores e fazer o que antes nunca fora tentado ou pensando, como a construção da nova capital federal, Brasília. Às 19:00 horas da noite do dia 22 de agosto, o Brasil recebia a notícia da morte de Juscelino Kubitschek, de imediato pelo rádio e no dia seguinte pelos Jornais que divulgaria o fato pelo fato. Quando a causa morte não pode ser investigada, as manchetes se concentram em mostrar o desconsolo e desespero da população. A comoção e o luto instaurado eram evidentes, as demonstrações de carinho e gratidão eram presentes em todos os cantos. O regime militar dispersava qualquer conglomerado de pessoas, mas nesse dia e no seguinte não

---

<sup>27</sup> Nesse ponto faz-se referência a outras mortes de políticos como a citar, João Pessoa. Este teve a sua morte divulgada na imprensa, principalmente os jornais, que por sua vez denunciava a sua morte culpando os seus inimigos políticos. Nesse sentido a morte de JK, não pode ser denunciada, pois, até as notícias a respeito de sua morte, passariam pela vista dos militares. Por isso o uso da expressão “luto silenciado”.

conseguiria controlar as multidões que se formavam nas avenidas e em volta do prédio da Revista Manchete, aonde foi inicialmente velado o corpo de Juscelino Kubitschek.

Os signos temporários da memória também se fizeram presentes. A amizade de mais de 30 anos de Geraldo Ribeiro e Juscelino Kubitschek também se fez simbólico em seus velórios. Velados lado a lado, sem distinção alguma, estavam ali no último adeus o motorista e o ex-presidente da república. A humildade característica em vida de Juscelino era apresentada a nação também em sua partida. A mesma simplicidade se fazia presente ao velório, desde políticos de grande influência de outrora e autoridades políticas-militares até a dona de casa, a empregada doméstica que faltava ao trabalho para dar o último adeus a JK. Mesmo com a censura vigente, a morte e essas narrativas ecoaram no Brasil inteiro. O luto, a comoção nacional se instaurava e procurava vazão nas memórias, memórias presentes no inconsciente, memórias criadas a partir principalmente da saudade de um passado não tão distante. A rigidez da ditadura se fazia mais presente a quem os desafiava, aos ditos subversivos. O regime era “maquiado” e moldado para não parecer o que realmente era, tanto que as cidades quanto mais interioranas, menos “sofriam” os efeitos diretos da ditadura e até por vez demonstrava o desconhecimento. O que não se conhece, não se “senti” os efeitos, portanto não há rebeliões e revoltas. O rádio, a televisão e jornais eram silenciados, mas em meio a dor e luto pela perda de Juscelino como controlar as manifestações voluntários? Como impedir as palavras de ordem entre lágrimas de perda e revolta da situação que se encontrava o país.

**FIGURA 10:** Cortejo da morte de Juscelino Kubitschek.



**Fonte:** Revista Fatos e Fotos. (1975)

Os jovens “subversivos”, estavam ali presentes também, eram formados por intelectuais, artistas e estudantes, eram perseguidos que viam na imagem de Juscelino, não um Marighela em suas ações, mas um homem com ideais liberais até certo ponto, mais libertador em sua essência. Esses jovens estavam dispostos a deixar as lágrimas caírem enquanto entoavam a sua revelia ao momento vivenciado. Os militares por sua vez se esforçavam para controlar e conseguiam, limitava o acesso ao corpo morto de JK, ponderava os meios de comunicação em suas transmissões e principalmente impediam discursos, pois, o discurso bem direcionado e comovente inspira a rebelião e revolta, inclusive armada em busca da queda de um regime ditatorial. Evidentemente tudo que os militares buscavam evitar e conter. Calar e reprimir pequenas multidões é trabalhoso, porém possível, mas grandes multidões como os presentes nos velórios de JK, era improvável. Esses dois dias, 22 e 23 de agosto, a morte de Juscelino foi vitrine para o mundo. E o sentimento de vazio e revolta pela perda, o luto, poderia vir a ser o estopim da revolução. E os militares sabiam disso.

Na despedida de Juscelino no Rio de Janeiro, prédio da Manchete, estiveram presentes figuras públicas, ex-governadores, escritores, historiadores, amigos que JK foi reunindo durante toda a sua vida pública e pessoal. Entre eles se destacavam na multidão Carlos Lacerda, adversário do passado e membro da Frente Ampla; Adolpho Bloch, amigo e confidente, responsável por inserir JK, na revista Manchete; Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras; e do governador Faria Lima, que trazia com si as suas condolências e as do governo também. Do motorista a empregada doméstica, do político ilustre ao imortal das letras. E os quais não o conheciam, tinham uma profunda admiração ou necessidade de expor suas condolências. A cada cumprimento a viúva de JK, Dona Sarah Kubitschek, deixavam suas frases de efeito e “resistência” representada pelo político extinto. Como o senador Nelson Carneiro que em sinal de admiração disse “soube ser o brasileiro mais querido” (Revista Fatos e Fotos, p.08).

O povo que aplaudia Juscelino Kubitschek em seus discursos, era o mesmo que fazia questão de carregar o seu corpo do edifício Manchete até o Aeroporto Santos Dumont. A sua viúva e suas filhas fizeram o percurso a pé, enquanto eram amparadas, pela multidão que durante o todo o trajeto gritavam “JK, JK, JK”. (Revista Fatos e Fotos, p.10) que em gesto de reconhecimento do carinho e gratidão da população com o seu marido disse: “Em nome de Juscelino, agradeço a todos de coração essa manifestação de amor de vocês todos” (Revista Fatos e Fotos, p.23). Não cabia naquele momento um discurso, embora talvez fosse o desejo de

muitos, mas essas poucas palavras emocionaram a todos os presentes, que em uma única voz cantaram o refrão da música preferida de JK, Peixe Vivo de Milton Nascimento.

Como pode um peixe vivo  
Viver fora da água fria?  
Como poderei viver  
Como poderei viver  
Sem a tua, sem a tua  
Sem a tua companhia?  
Sem a tua, sem a tua  
Sem a tua companhia?<sup>28</sup>

A nação brasileira se sentia órfão, reclamava a falta de JK. Ao chegar ao aeroporto, ensaiou-se um discurso por parte de Sarah Kubitschek, que logo foi impedida pelos militares, por causa do tumulto que também se iniciava. O que retrata o desejo de uma resposta e esclarecimento da viúva de JK, as lágrimas caíam, mas o choro ainda lhe entalava a garganta como se quisesse dizer algo. Essas palavras não foram ouvidas. Ao chegar em Brasília uma multidão também aguardavam o corpo de Juscelino Kubitschek. Em números estipulados, havia 30 mil pessoas esperando no aeroporto, há quem fale em mais. No trajeto do aeroporto até a Catedral de Brasília, aonde o corpo seria velado foi acompanhado por mais de 4 mil veículos, causando um congestionamento de 20 quilômetros (Revista Fatos e Fotos, p.23).

Juscelino entrou na Catedral levado nos ombros do povo, depois da missa, ouvia-se novamente ecoar JK, JK, JK. entoavam presente estudantes, índios e todas as pessoas que puderam entrar. Os que não conseguiam espionavam de fora, mas não com menos entusiasmo. Ao fim a viúva proferiu algumas palavras e foi ovacionada. Essa narrativa dos passos em torno de JK, se faz necessário para entender o que aquele momento representava. Era uma bomba-relógio que poderia explodir em uma revolução a qualquer momento, a atenção do Brasil estava voltada nesse acontecimento histórico e por que não dizer, do mundo também. O que certamente deixavam os militares apreensivos. Evidente que havia na voz desses que gritavam JK, JK uma nevoa de crítica ao regime que não era permitida explicitamente. Era um luto político, um luto ideológico dos silenciados pela repressão.

Esse luto foi vivenciado na ocasião de sua morte, mas ressignificado anos á frente. Primeiro pelo discurso em torno do político *in memoriam* Juscelino Kubitschek, depois pela denúncia dos acontecimentos em torno de sua morte, como também da morte de Carlos Lacerda

---

<sup>28</sup> Música de Milton Nascimento, 1942.

e João Goulart. Os três como aqueles que manifestaram o desejo de ver o Brasil reviver a democracia plena. Os seus herdeiros políticos tratariam de denunciar as perseguições, as censuras posteriormente.

Juscelino Kubitschek foi sepultado no cemitério Campo da Esperança, em Brasília cidade que ele planejou e em sua última morada foi enterrado ao lado do seu amigo e colaborador desse feito, Bernardo Sayão, cumprindo-se assim o seu desejo. E estando a 150 metros do Tumulo do Candango desconhecido, que são na verdade, os anônimos mortos na construção de Brasília (Revista Fatos e Fotos, p.21). Sepultado somente o seu corpo, pois as suas memórias seriam e são ressignificados em prol de objetivos políticos. Os seus biógrafos e historiadores narraram a sua vida, sua trajetória e os “bastidores” por trás dessa imagem do mártir, do mito, como já exposto, da evocação do luto nas pessoas, do sentimento de perda e da consequente necessidade de mudança, mas mudar em que direção? Na direção dos anos dourados, da memória boa, do trabalho que fora interrompido? Na direção do que significava seu nome na frente contra a ditadura?

### **3.5 O fim “silenciado”: da fatalidade a execução**

A ditadura acabou, o silêncio deu uma pausa, as lágrimas agora secas pelo tempo, dão espaços para os discursos. A necessidade de investigar as perseguições e mortes do regime, se fazem presente e evidentemente que as suspeitas antes veladas, seriam apresentadas. Surge de maneira explícita então as primeiras dúvidas em torno da morte de Juscelino Kubitschek. O ex-presidente pode ter sido vítima de uma emboscada e assassinado por representar uma ameaça ao regime militar. Nessa teoria, a princípio por muitos visto como da conspiração, JK teria sido vítima em consequência do acidente, mas porque o seu motorista teria sido alvejado enquanto dirigia, fazendo-o perder o controle do carro, colidir com o ônibus, ser arrastado para pista contrária e por fim abalroado pela carreta de Gesso. Existe evidências publicadas na época que se não dar para acreditar nessa versão, pelo menos nos faz questionar algumas circunstâncias do acidente.

#### **3.5.1 A cisão da “verdade”: versões da morte de JK.**

Em 1996, Juscelino Kubitschek teve seu corpo exumado para investigar as reais causas de sua morte, os silêncios começavam a ser rompidos. Novamente o laudo oficial constatou que JK, teria morrido em consequência do acidente. Esse laudo chegou a ser contestado por um dos seus biógrafos, Serafim Jardim no livro: *JK, onde está a verdade*. Serafim teve uma

proximidade com Juscelino, foi seu secretário pessoal e gozava de uma intimidade similar a que tinha JK com o seu motorista, característica da simplicidade do ex-presidente morto. Contudo Serafim não tinha muitas provas, a não ser relatos, ricos relatos, mas não suficiente para configura um crime político, embora possa ser usado como prova anexa.

Nesse mesmo ano o corpo do motorista Juscelino, Geraldo Ribeiro também foi exumado e um detalhe chamou a atenção, o perito criminal Alberto de Minas detectou um buraco no crânio de Geraldo, levantando a hipótese de que poderia ser um tiro. E portanto, o motorista de JK, teria sido morto por um atirador, deixando o carro sem controle e ocasionado na sequência o abalroamento do Opala pela carreta de Gesso, matando assim Juscelino Kubitschek, que provavelmente cochilava no banco de trás do carro. Ao analisar a reportagem da *Revista Fatos e Fotos - Gente: O Brasil chora JK*, constata que para Josias Nunes da Silva, o motorista do ônibus, Geraldo teria perdido o controle do carro por causa de “ataque cardíaco”. Na época é claro que isso não contextualizado, inclusive por seus biógrafos, o motivo é evidente. Medo da repressão militar. Sem as amarras dos “anos de chumbo” do Brasil, a denúncia se faz necessário e seus culpados punidos, mas não seria tão simples assim. Começava uma disputa de versões.

No ano de 2001, a pedido do ex-deputado Paulo Octávio, casado com a neta de JK, foi instituído na Câmara dos Deputados uma Comissão externa para investigar as circunstâncias da morte de Juscelino. O relatório por fim acabou por reafirmar a versão da morte acidental, constatando que:

"Por mais que se exercite a imaginação e a criatividade, não se consegue encontrar um argumento sólido, balizado, lógico e técnico que possa apoiar a tese de assassinato. Os menores detalhes não passaram despercebidos. Investigamos todas as dúvidas, todas as suspeitas. À medida que as questões foram sendo esclarecidas e respondidas, a conclusão foi-se impondo inexoravelmente. Ao final destes trabalhos, não restam mais dúvidas de que a morte de Juscelino Kubitschek foi causada por um acidente automobilístico, sem qualquer resquício da consumação de um assassinato encomendado." <sup>29</sup>

Em 2011, pela lei 12.528, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de “apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. Começando os trabalhos somente em 2012 e nesse ano o caso de Juscelino Kubitschek novamente seria investigado, em seu próprio tempo de acordo com as provas analisadas e empenho de seus profissionais. Embora o órgão oficial seja a CNV, existe subdivisões como é o caso da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog (CNVVH), da

---

<sup>29</sup> Apud em: <[www.noitesinistra.com](http://www.noitesinistra.com)>.

cidade de São Paulo, que concluiu em 2013 o seu relatório, no qual afirmava ter provas que Juscelino Kubitschek foi assassinado, vítima de uma emboscada, motivado por razões políticas.

No ano de 2014, a Comissão da Verdade Nacional, divulgou relatório em que reafirma a morte acidental de Juscelino. Nesse mesmo ano a Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva” (CEV/SP) divulga um relatório “elaborado por uma equipe de mais de 20 professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie” (ABREU, 2016), em que teriam pelos menos 90 indícios/provas para acreditar que JK foi de fato assassinado. Começa assim uma ruptura, cisão entre as comissões que dura até hoje. Algumas evidências e suas versões, a começar pela principais indícios das Comissões da Verdade Estadual (CEV/SP) e a Municipal (CNVVH).

As comissões da verdade paulistas, acreditam no assassinato de Juscelino Kubitschek.

- a) Acreditam que deve levar em consideração na análise dos fatos o contexto da época, como a Operação Condor e as mortes suspeitas de outros políticos, como é caso de Carlos Lacerda e João Goulart.
- b) O boato da morte de Juscelino Kubitschek, em 07 de agosto de 1976 em Varginha-MG, portanto, doze dias antes do “acidente” que vitimaria JK. Viagem essa cancelada pouco antes de acontecer, o que poderia caracterizar um prenúncio da morte e/ou uma tentativa falha do assassinato.
- c) Nomes marcados, no ano de 1975, o chefe do serviço secreto do governo brasileiro (SNI), o general João Figueiredo recebeu uma carta de Manuel Contreras, chefe do serviço secreto chileno. No qual dizia que JK e Orlando Letelier (presidente derrubado pela ditadura chilena) “poderiam influenciar seriamente a estabilidade do Cone Sul”. Em espaço de um mês, ambos morreram em situação suspeita, sendo o chileno acometido por uma explosão.
- d) O atirador de elite, indício considerado após o encontro de um projétil no crânio do motorista de JK.
- e) Testemunha ocular, o motorista da carreta de gesso que colidiu com o Opala, Ademar Jahn, declarou em depoimento a comissão paulista que o motorista de JK, Geraldo estava desacordado dentro do carro.
- f) Suborno do motorista do ônibus com malas de dinheiro, para que o mesmo assumisse a culpa. O mesmo afirmar que não houve choque com o ônibus, o Opala desgovernado teria batido antes em uma mureta.

Na versão da Comissão Nacional da Verdade, afirmam que foi acidente e que essa matéria a tempos vem sendo discutida e confirmada.

- a) O fragmento encontrado, segundo a análise do legista Márcio Alberto Cardoso, se trataria de um prego enferrujado, provavelmente do caixão.
- b) Conforme os laudos, o ônibus bateu de lado no Opala, constatado também por indícios da época, tinta preta do Opala no ônibus.
- c) Marcas dos pneus do Opala no asfalto, evidencia manobra de controle da direção, portanto o motorista estava consciente.

A verdade era que Juscelino Kubitschek representava uma ameaça aos governos militares, por seu poder de persuasão, influência no meio político e carisma com o povo, o seu jeito simples e de governo modernizador, marcou a sua trajetória de vida. Essa discussão em torno da morte de JK, irá servir não só para esclarecer os fatos, como também de discurso e das tramas no palco do poder. A sua memória não a deixara esquecer, não só por consideração, mas sobretudo pelo o uso da retórica de novos tempos, alicerçado nos exemplos de outrora. O Memorial de JK, assim como os monumentos e avenidas em seu nome, então presentes como lugares de memória e de ressignificação de tempos distintos na política brasileira, tempos sóbrios em que o luto não fora devidamente feito, pois como um corpo não enterrado, sua morte “acidental” como fizeram acreditar, foi aceita em condições de imposição. O luto ali expresso quando do seu enterro era, mas que a manifestação de uma perda pessoal era o luto de uma voz contrária aos tempos sombrios que não se faria mais ouvir.

## CAPÍTULO 4

### NÃO VAMOS DESISTIR DO BRASIL PODER: O USO DO LUTO NA IMAGEM DE EDUARDO CAMPOS (2014)

*“Está morto: podemos elogiá-lo à vontade”*

*(Machado de Assis Apud SILVA, 2015)*

Em plena campanha eleitoral a presidência da república do Brasil de 2014, uma tragédia marcaria os discursos políticos e a cobertura da mídia. Nas incertezas da vida só a morte se faz certa, mas quando ela acontece de maneira trágica com uma pessoa pública, como foi com Eduardo Campos e é noticiado quase que instantaneamente para milhões de pessoas, a comoção nacional ecoa em tom de choro e lamentações. O sentimento de luto invade os corações dos brasileiros que agora têm um lugar para desabafar: A internet, principalmente por meio das redes sociais, que podem então lembrar e descrever em caracteres os atos políticos e construir a imagem do homem que lembram assim como criar diferentes reflexões e também, teorias conspiratórias. Além do público das mídias é como era de se esperar outras reações advém dos posicionamentos dos aliados e adversários políticos de Eduardo Campos, se tornando uma prática e algo novo até então o uso desta mídia alternativa. A grande mídia – canais de televisão, rádios e imprensa –, por sua vez noticiavam com detalhes os acontecimentos em torno da morte do candidato Eduardo Campos.

Nesse contexto, um novo portal de informação de áudio e vídeo ganha cada vez mais força e telespectadores, o youtuber. Ferramenta também da internet - esta que podemos dizer foi a responsável por dar voz a milhares de pessoas que não tinham antes onde ecoar suas análises dos fatos e seus pontos de vista-. A informação se torna cada vez mais democrática, isso porque por meio de vídeos e reproduções de reportagens televisivas, simultaneamente às coberturas jornalísticas, compartilha-se análises sobre os fatos ocorridos. No caso em análise, demonstravam apoio, condolências e é claro teorias em torno da morte do político extinto. O Facebook, Twitter também o foram muito utilizados nesse momento em que um candidato a presidência da república, em plena campanha eleitoral encontra a morte, no acidente aéreo no dia 13 de agosto de 2014, que se torna um espetáculo midiático.

O ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, herdeiro político de Miguel Arraes, disputava as eleições à presidência da república de 2014 pelo seu partido PSB, tendo como vice da chapa Marina Silva fundadora do partido, na ocasião ainda, sem licença a REDE, motivo pelo qual se filiará também ao PSB para disputa presidencial. O cenário que se desenhava

segundo as estatísticas, dados e pesquisas feitas à época, era que essa aliança não representava ameaça clara as duas chapas principais na disputa eleitoral sendo então a chapa do PT de Dilma Rousseff e a chapa do PSDB de Aécio Neves os principais protagonistas nesta corrida por votos. Contudo Eduardo Campos estava confiante, se não na vitória, mas certamente nos bons resultados na urna. A eventual derrota não era necessariamente uma perda total, pois, quanto maior o alcance nas eleições, maior seria o poder de “barganha” política. Com o slogan, *Coragem Pra Mudar*, Eduardo Campos se apresentava como o novo, a saída para uma eventual crise e/ou resposta aos insatisfeitos com os partidos do PT e PSDB, que a décadas estavam no poder. Ou seja, se apresentavam em 2014, como a terceira opção para o povo, se utilizando para isso de estratégias políticas e marketing pessoal, ao tempo que se reversavam entre os ataques aos seus adversários políticos e entre o rebate as críticas a ele, Eduardo Campos, feitas. Havia uma linha de discurso que continuava apresentando a sua gestão como governador de Pernambuco como vitrine para os “novos tempos”, prometidos e anunciados como tempos de progresso para o Brasil.

**FIGURA 11:** Eduardo Campos pousa olhando para o horizonte, foto para campanha.



**Fonte:** <<https://m.facebook.com/eduardocampos40>> Acesso em: 25 de nov. de 2018.

Em plena campanha eleitoral, Eduardo Campos participava dos debates em tv aberta, rádios e aonde mais pudesse fazer sua propaganda eleitoral. Mas quis as circunstâncias do acaso ou destino que no dia 12 de agosto, o mesmo participasse de uma sabatina no Jornal Nacional

do canal de televisão aberta, Rede Globo sem saber que fizesse aí o seu último discurso este que até hoje se ouve. Na ocasião Eduardo Campos apresentou as suas propostas e promessas de campanha, terminando com a celebre frase “*Não vamos desistir do Brasil*”, que se tornaria o slogan de seus aliados políticos pós sua morte. Terminada a sabatina na qual acreditava ter se saído bem, se despede de todos os presentes, saindo dos estúdios globo dirigindo-se ao seu jato particular que o aguardava, e segue em sua viagem final. A partir de então o luto se instaura e a comoção toma conta de todos, as notícias acerca de sua morte, chegam rápidas demais para serem digeridas e apuradas adequadamente, e cedo demais para apontar as causas do ocorrido. O mártir se constrói a partir do discurso que rememorar a sua fala final na tv.

As lágrimas derramadas pela população, evidente que são sinceras. Mas para a política a dor da perda tem que ser exposta, o luto então virá discurso. A campanha continua e em uma última cartada nas eleições os políticos aliados, e, portanto, herdeiros políticos de Eduardo Campos se articulam em transforma-lo “coragem pra mudar” e impulsionar a chapa de Eduardo-Marina. Os concorrentes a presidência cada qual a sua maneira se apressam em expressar sua dor, prestar homenagens ao político extinto e se solidarizar com a família por meio das condolências públicas. Ao mesmo tempo se reúnem para pensar em estratégias que possam por um lado se aproximar da imagem de Eduardo Campos e por outro controlar o avanço de Marina Silva na eleição para presidência, pois, a mesma assumiria a cabeça de chapa e se tomaria para si o papel de “viúva” neste cenário político. Sempre com a voz embargada, demonstrava o luto ao lembrar o político que o seu companheiro de chapa foi. Ao passo que aos poucos o teor do discurso se adequar a disputa eleitoral, sendo substituído nas semanas seguinte que antecede as eleições, pela preocupação com o Brasil e os seus rumos. A solução para ela estaria nos projetos por ambos idealizados, o mesmo discurso se repetiria por seus aliados nas eleições, em todos os cargos disputados. Ou seja, Eduardo Campos se transformou não no idealizado como mito e sim em um político *in memoriam*.

Os resultados não foram o esperado por Marina Silva e seus correligionários, posto que não conseguiram êxito na campanha. O PT e o PSDB novamente disputariam o governo federal e contavam com o apoio político de Marina Silva, essa a representante oficial da memória construída em torno de Eduardo Campos, que foi transformado em “norte” para a política. Aqui nessa abordagem destacamos, o que se caracterizou como um espetáculo do poder sem ensaios, os políticos se articulavam e articulavam falas de maneira a não deixar a memória do ex-governador de Pernambuco ser apagada, pelo menos não até o fim do segundo turno das eleições. A verdade é que Eduardo Campos exercia um forte prestígio no seu estado e no seu

partido, o que na prática lhe garantiu como cabeça de chapa em desfavor de Marina Silva. Mas, para o cenário político em escala nacional, o seu nome era de pouca relevância. O próprio Eduardo Campos se apoiava nas eleições que concorreu, na memória de seu avô, o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Por ironia do destino teria a mesma função na corrida eleitoral.

#### **4.1 De Arraes para Campos: Usos da memória política**

A trajetória política de Eduardo Campos está diretamente associada a imagem criada em torno do seu avô, Miguel Arraes, sendo este o seu exemplo de vida pessoal e pública. O mesmo processo de criação do mártir simbólico, aconteceria com Campos em prol de seus herdeiros políticos, mas o que de fato eles foram e representaram em seus governos, parte não necessariamente da realidade e sim dos discursos em torno deles.

**FIGURA 12:** Eduardo Campos e seu avô Miguel Arraes.



**Fonte:** <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/08/eduardo-campos-morreu-no-mesmo-dia-do-avo-miguel-arraes.html>> Acesso em: 25 de nov. de 2018.

A começar por Miguel Arraes cearense de nascimento, embora não seja o objeto dessa escrita historiográfica, foi um político que desempenhou influência política de destaque, comandando o estado de Pernambuco por três vezes e norteando os seus sucessores. Líder expoente da esquerda, com ideais socialista e dito populista, construiu sua carreira com o discurso de governar para os mais pobres e pela luta dos trabalhadores, por meio do incentivo aos sindicatos e ligas camponesas. O que lhe fazia ser carismático e justo aos mais carentes. Em 1962 seria eleito pela primeira vez governador de Pernambuco, pelo Partido Social

Trabalhista (PST), governando até o golpe da ditadura militar de 1964. Sofreu a repressão desse período, ficando preso por quase um ano, até ser solto por via de um *Habeas corpus* e depois partindo para o exílio na Argélia. Retornando somente em 1979, depois da anistia. Na década de 1960, se filia ao Partido Socialista Brasileiro e vindo a ocupar diversos cargos públicos de destaque, até o ano de sua morte em 2005. Mas o que nos chamar a atenção são os usos da trajetória política de Arraes para a sua ascensão política de seu neto e de seus aliados. Miguel Arraes era um socialista dito populista, colocado como resistência a ditadura militar e defensor dos mais pobres e dependentes do estado, esta narrativa seria exaustivamente repetida e tomada como exemplo nos palanques da vida, pelo seu neto Eduardo Campos, o qual assumi a liderança do PSB após a morte de Arraes.

Na campanha eleitoral a trajetória de vida de Eduardo Henrique Accioly Campos é apresentada. Nascido nos primeiros anos da ditadura no Recife-PE, viveu a sua infância e início da adolescência na Argélia, nos discursos apresentava o sofrimento por não poder ter crescido no Brasil. Retornando ao país formou-se em economia aos 20 anos, fase de preparo para a vida política. Assume o seu “berço” político negado pelos os militares, se filia ao PSB e se elege durante a sua vida para deputado estadual, federal e governador por duas vezes de Pernambuco. A ideia de um novo modo de governar com viés de esquerda, proposto por Eduardo Campos, passa pela necessidade de quebras e construções de alianças e isso ele fez, nessa campanha, rompeu com o PT estrategicamente e se uniu ao partido de Marina Silva, o REDE que a principio representava uma parcela dessa população insatisfeita com os rumos do país. Insatisfação, demonstrada do pelas manifestações de rua de junho de 2013, que arrastou multidões para reivindicar um país melhor.

Tanto Arraes como Campos, morreram no dia 13 de agosto. O primeiro de infecção generalizada em 2005, aos 88 anos no Recife e o segundo de acidente aéreo em Santos-SP, enquanto cumpria agenda de campanha em 2014, aos recém completos 49 anos. Essa consciência também foi explorada pela mídia. A verdade é que Eduardo Campos evocava a memória do seu avô constantemente, seus mandatos e sua resistência durante a ditadura, ao mesmo tempo que fazia a propaganda e defesa de seus mandatos, em especial o de Governador de Pernambuco. Após a sua morte, o mesmo foi feito com sua memória, só os seus bons atos interessavam. A empatia tomava conta dos corações da população que se solidarizava com a dor, enxergando desde então o jovem político promissor, homem honrado e pai de família

exemplar. Com sua morte, para muitos, ao menos naquela ocasião, morria uma promessa de um país melhor.

#### 4.2 Notícias do adeus: O luto em rede nacional

Nas eleições presidências de 2014, de acordo com os principais órgãos de pesquisa, o Datafolha e o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), os cenários já estavam praticamente definidos desde a confirmação das candidaturas. Dilma Rousseff (PT) até então, atual presidente e candidata a reeleição aparecia a frente nas pesquisas eleitorais com 36%, seguido por Aécio Neves<sup>30</sup> (PSDB) com 20% e em terceiro lugar aparecia Eduardo Campos com 8%. Evidente que esses números pouco oscilaram até a morte do ex-governador de Pernambuco. A esse respeito é importante salientar que o terceiro lugar nas pesquisas se devem em grande parte, por sua vice da chapa, a ex-senadora Marina Silva (PSB). As alianças em torno da coligação "Unidos pelo Brasil" (PSB, PPS, PPL, PRP e PHS) garantiram o nome de Eduardo Campos, mas não a empatia imediata. O rosto conhecido da chapa era a de Marina Silva, porém a força de articulação política por meio das alianças, pertenciam ao grupo de Campos.

Com duras críticas ao que ele considerava representar a velha política, marcados pelas trocas de favores. Eduardo Campos direcionava as suas críticas aos governos do PT e PSDB, evocando o discurso de sua vice Marina, em que a mesma dizia ser a única capaz de promover as mudanças necessárias ao Brasil, assim surge o Slogan precisamos ter a “Coragem de Mudar”, até que ponto esses discursos se tornariam práticas é algo difícil de imaginar.

Na semana de sua morte, acontecia no Jornal Nacional, uma serie de Sabatinas com os presidenciais e na quarta-feira dia 12 de agosto de 2018, foi a vez de Eduardo Campos. Essa entrevista, a sua última, que seria exibida exaustivamente durante todo o certame eleitoral. Os 15 minutos da sabatina foram marcadas por críticas ao governo de Dilma Rousseff, alternado com momentos de desconfortos quando questionados pelos âncoras do jornal a respeito de questões polemicas o envolvendo, como nepotismo e restrição ao agronegócio, as quais ele desconversou. Porém, a entrevista ficou marcada pelas suas palavras finais, que seriam utilizados pós morte. No momento em que ele se dirige ao seu eleitor em potencial e diz:

Agora, ao lado da Marina Silva, eu quero representar a sua indignação, o seu sonho, o seu desejo de ter um Brasil melhor. **Não vamos desistir do Brasil** (grifo nosso). É aqui onde nós vamos criar nossos filhos, é aqui onde nós

---

<sup>30</sup> É interessante salientar que Aécio Neves também se apropriava da memória do seu avô, o ex-presidente da república Tancredo Neves nos seus discursos de campanha.

temos que criar uma sociedade mais justa. Para isso, é preciso ter a coragem de mudar, de fazer diferente, de reunir uma agenda. (Entrevista Jornal Nacional 12/08/14)

O novo slogan da coligação Unidos pelo Brasil nasce, “*Não vamos desistir do Brasil*”, uma clara crítica ao momento pelo o qual o país vivia, ao passo em que se colocava como a terceira opção, enxergava a possibilidade de ser a primeira opção. Depois da confirmação da morte de Eduardo Campos após a queda do seu jato particular, vitimando outras seis pessoas<sup>31</sup> em Santos-SP, aonde o candidato a presidente cumpriria compromissos de campanha. Todas as coberturas jornalísticas de repente interrompem suas programações para noticiarem o acidente, começando assim um verdadeiro espetáculo midiático em torno da memória e cortejo do corpo de Eduardo Campos.

Essa cobertura ganharia um maior destaque e representatividade na rede Globo, por seu significado simbólico, posto que foi o lugar da última aparição pública do político morto. Do plantão da morte, até o fim da eleição todos os programas trariam pelo menos uma notícia sobre o acidente. Nesse período a audiência da emissora subiu consideravelmente, aumentando ainda mais a sua hegemonia, para exemplificar isso basta comparar os números do JN do dia 13 de agosto de 2014 teve um aumento de 55%<sup>32</sup> de sua audiência. O Jornal Nacional, palco da entrevista, inicia noticiando a tragédia como transcrito abaixo:

“Nós abrimos esta edição do JN com um sentimento de perplexidade. Menos de 24 horas depois da entrevista que nós fizemos com o candidato do PSB à presidência, Eduardo Campos, nós nos vemos na situação de termos que iniciar o noticiário com o anúncio de sua morte trágica e precoce”. (Apud FERNADES; CHAGAS. 2014)

Mariana Silva ao saber da notícia evidentemente se abala, mas não há tempo para vivenciar o momento como se deve. A imprensa inteira começa a procura-la em busca de posicionamentos e declarações de luto, ao mesmo tempo que ensaiam a pergunta que não caberia naquele momento, a respeito dos rumos da campanha. Marina que já estava cercada de

---

<sup>31</sup> Sendo também vítimas do acidente (pesar de na prática, serem esquecida): **Alexandre Severo e Silva**, fotógrafo; **Carlos Augusto Leal Filho** (Percol), assessor; **Pedro Valadares Neto**, assessor e ex-deputado federal; **Marcelo de Oliveira Lyra**, cinegrafista-**Geraldo Magela Barbosa da Cunha**, piloto; **Marcos Martins**, piloto. (Grifo nosso). ([www.g1.com.br](http://www.g1.com.br)).

<sup>32</sup> Esses dados de audiência estão disponíveis em: < <http://www.uol.com>>. Acesso em: 22 de nov. de 2018.

seus assessores e correligionários de campanha sabia disso. Esse momento era algo aguardado por todos os telespectadores, que simultaneamente através das pesquisas da internet, como no buscador americano o *Google*, buscavam informações, confirmações dos acontecimentos e os depoimentos da família de Eduardo Campos e da ex-senadora.

**FIGURA 13:** Velório de Eduardo Campos, destaque para a família e Marina Silva.



**Fonte:** <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/em/politica/foto/2014-08/velorio-de-eduardo-campos-e-dos-membros-de-sua-equipe>> Acesso em: 25 de nov. de 2018.

Bem maior que os 8% dos eleitores apontados pelas pesquisas eleitorais para o nome de Eduardo Campos, era a porcentagem dos eleitores que o desconhecia, cerca de 40%<sup>33</sup>. A sua imagem passa então de um ilustre desconhecido, se levamos em consideração o cenário político nacional e não só Pernambuco e o Nordeste como um todo, para o representante da “nova” política, do novo jeito de governar retratado a partir de então pela imprensa. É como se depois de morto, o *fair-play* tomasse o lugar e Campos já não era mais visto como uma ameaça a ser combatida e sim como um homem a ser lembrado.

Nesse sentido, toda a trajetória de Eduardo Campos é tornada conhecida, só os seus bons atos interessam. As notícias são dadas em tom melancólico e contagiante de tristeza. Pernambuco virá destaque nacional e à população em geral chocada se solidarizar com a perda do político, despertando empatia. Nas redes sociais Eduardo Campos se torna destaque e links

---

<sup>33</sup> Informação disponível em: < <http://www.belmontediario.com.br/2014/08/nasce-o-mito.html>>. Acesso em: 22 de nov. de 2018.

de notícia e fotos são transformados em verdadeiros “diários” públicos nos quais os internautas, ao desabafarem a sua tristeza por Eduardo Campos conduziam um ritual simbólico encaminhando a alma do mesmo ao descanso eterno.

### 4.3 O último adeus a Eduardo Campos

Marina Silva ao falar pela primeira vez sobre seu companheiro de chapa, evita falar dos próximos passos e se limita a homenagear Eduardo Campos e prestar condolências aos seus familiares, como relata o trecho abaixo.

"Primeiro, eu quero pedir a Deus que sustente a Renata, Zé, João, Duda, Pedro, o pequenino Miguel e a todos os familiares dos companheiros de Eduardo Campos. Essa é, sem sombra de dúvida, uma tragédia que nos impõe luto e profunda tristeza. Eu sei que os brasileiros todos estão igualmente compartilhando com cada um de nós aqui", disse Marina, que continuou: "Durante esses dez meses de convivência, aprendi a respeitá-lo, admirá-lo e a confiar em suas atitudes e em seus ideais de vida".<sup>34</sup>

O apelo emocional em torno dessa declaração é claro e justo. O discurso se faz em consideração ao morto, portanto a sua família deveria ser o alvo central e foi. Ao encaminha o seu pedido a Deus, Marina destacava os seus ideais cristãos compartilhados com a maior parcela da população Brasileira. A se referir a viúva Renata – a qual chegaria a ser cotada para vice na chapa de Marina – e aos seus filhos, menor deles que a imprensa com destaque ao menor deles de idade de 7 meses, Miguel. Em homenagem ao avô de Eduardo Campos, Miguel Arraes. O luto seria, portanto, na fala de Marina Silva, um sentimento compartilhado com cada brasileiro, o que seria verdade. Porém, a cobertura midiática ampliaria o alcance desse sentimento ao transformar em espetáculo essa tragédia, com a justificativa implícita de que todo o Brasil estava envolto na dor da perda do jovem político promissor que teve a sua vida ceifada pelo o acaso. Contudo, a despedida do corpo, quando se refere a alguém público e principalmente político não tem limites de exposição.

As palavras de Dilma Rousseff (PT), candidata a reeleição e principal nome a vencer a disputa, esquece no seu discurso das críticas por ela sofrida e se limita a enaltecer a memória de Eduardo Campos, seu aliado de tempos recentes ao acidente:

"O Brasil inteiro está de luto. Perdemos hoje um grande brasileiro, Eduardo Campos. Perdemos um grande companheiro. Neto de Miguel Arraes, exemplo

---

<sup>34</sup> [www.admistradores.com](http://www.admistradores.com)

de democrata para a minha geração, Eduardo foi uma grande liderança política. Desde jovem, lutou o bom combate da política...”<sup>35</sup>

Aécio Neves (PSDB), de trajetória política semelhante à de Campos no que se refere a construção política, de suas imagens de homens públicos, por meio da memória de seus avôs, líderes políticos de outrora, também evidencia seus pêsames em público:

“É com imensa tristeza que recebi a notícia do acidente que vitimou o ex-governador e meu amigo Eduardo Campos. O Brasil perde um dos seus mais talentosos políticos, que sempre lutou com idealismo por aquilo em que acreditava. A perda é irreparável e incompreensível. exemplo de democrata para a minha geração, Eduardo foi uma grande liderança política.”<sup>36</sup>

Tanto o discurso de Dilma... como o de Aécio..., destacam a juventude de Eduardo Campos e a maturidade de governar. Após a sua morte o seu talento para política se torna evidente e declarado, escândalos não aparecem pois não interessava naquele momento. Qualquer ataque a memória de Campos, resultaria em uma rejeição imediata. A estratégia agora era associar a imagem dele a esse legado de maturidade e de bem feitor, para que por um lado diminuísse os impactos da morte do ex-governador nas eleições, estagnando a posição de sua mais provável substituta na corrida eleitoral, Marina Silva e por outro elevassem as esperanças em um país melhor, assim como clamavam a darem uma nova chance a “velha política” como apontado por Eduardo Campos em suas entrevistas e na sabatina anterior a sua morte, por meio da empatia criada pelos gestos de reconhecimento da importância de Eduardo Campos por seus adversários políticos.

A morte de Eduardo Campos, ocorreu no dia 13 de agosto de 2014, mas somente chegaria em Recife, para a realização do seu velório no dia 16. Sendo velado no Palácio Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, com as honrarias do cargo que ocupou. A frente do palácio seria velada outros dois corpos, o do assessor de imprensa Carlos Percol e do fotógrafo Alexandre Severo, ambos sendo homenageados por milhares de pessoas que iriam dar o último adeus a Eduardo Campos (SILVA,2015) e associavam esse gesto de emparelhamento dos corpos como próprios à figura do homem simples que fora em vida.

Segundo a polícia militar, 160 mil pessoas acompanharam o velório, numero maior que os presentes em seus comícios (SILVA, 2015). A morte de um político soa como um convite a visitá-lo, memorá-lo e aos companheiros de vida pública de prestar condolências e fazer

---

<sup>35</sup> www.g1.com.br

<sup>36</sup> www.g1.com.br

política. As lentes das câmeras não focam no caixão, com tanta atenção como se constata dos políticos ali presentes. Esse teatro do poder (AIRES,2012) se legitima por meio das suas ações, todos estão cientes de seu papel, as palavras são ensaiadas e na despedida do corpo do ex-presidente declamadas ao público por meio da imprensa. Declamadas pois a riqueza e sensibilidade no tom do discurso se assemelha a uma poesia que o povo aplaude, esses são os resultados que almejam. Bandeiras pretas em sinal de luto aparecem na multidão e o apoio a Marina também é declarado pela população.

#### **4.4 Em luto, mas a campanha tem que continuar...**

As eleições do dia 05 de outubro se aproximavam e a chapa da Coligação Unidos pelo Brasil, do político *in memoriam* Eduardo Campos se definiria. Marina Silva visitaria no dia 16 de a viúva de Eduardo, Renata Campos e embora dissessem não querer falar dos rumos da campanha eleitoral que ocorria protagonizaram um ato político e de incitação a comoção nacional, como noticiado pelo G1 de Pernambuco:

Renata Campos saiu com um bebê-conforto carregando Miguel, de sete meses, e na sequência saíram os filhos Maria Eduarda (22), João (20), Pedro (18) e José (9). Os quatro estavam com camisetas amarelas com os dizeres: "Não vamos desistir do Brasil." Depois, Marina Silva saiu ao lado de Cecília Ramos, viúva de Carlos Percol, assessor de Eduardo Campos.<sup>37</sup>

Esse ato foi pensado e planejado, o apelo emocional foi de alcance muito maior que as palavras de Marina, pois, estava presente a família enlutada, os órfãos de pai emocionados e Marina ao lado da viúva do assessor, mostrando sensibilidade e humildade. A viúva de Eduardo, nos bastidores políticos estava cotada para ser vice na chapa do seu falecido marido, o que não se concretizaria. E a expressão máxima de que a campanha buscava pelo o luto a ascensão da chapa estava nas camisetas, como um discurso de quem mesmo na dor “não vamos desistir do Brasil”, como assim desejava Eduardo Campos em sua última entrevista.

---

<sup>37</sup> [www.g1.com.br](http://www.g1.com.br)

**FIGURA 14:** Eduardo Campos e Marina Silva em campanha.



**Fonte:** <<https://www.google.com.br/amp/s/vilamulher.uol.com.br/famosos/mundo-da-fama/marina-silva-fala-sobre-a-morte-de-eduardo-campos-uma-tragedia-1180.html%3Famp>> Acesso em: 25 de nov. de 2018.

No dia 20 de agosto de 2014, Marina assume o papel de candidata à presidente da república, tendo como vice, quase que simbólico, o deputado federal pelo PSB Beto Albuquerque. Evocando Eduardo Campos em diversos momentos, começando por afirmar que manteria os acordos feitos com ele. A coragem pra mudar, está também nos usos de todos os instrumentos eleitorais disponíveis. Houve choro por parte de Marina Silva, ao relatar como foi assistir o primeiro programa eleitoral em homenagem a Eduardo Campos (BBC-Brasil,2014), o choro foi sincero. Mas a comoção e empatia que passava também, caracterizando como uma estratégia intencional ou não política. Os slogans “Coragem pra Mudar” e principalmente “Não vamos desistir do Brasil” foram repetidos constantemente. Nos discursos tudo seria em nome da memória de Eduardo Campos e de seu legado, na prática se tratava de poder, a luta pelo luto começava.

A eleição continua, mas os discursos e a imagem associada a Eduardo Campos, não foram suficientes para Marina Silva alcançar o segundo lugar – embora muitos acreditavam inclusive na vitória em primeiro turno das eleições – e disputar o segundo turno da eleição. O

terceiro lugar com 21% dos votos, é apresentado ao público como uma vitória, a qual dedicaria ao seu companheiro de Chapa morto. A verdade é que foi sim uma derrota, Marina perdeu força nos últimos dias da disputa eleitoral. Mas onde erraram, o luto não foi sincero, ou suficiente? A resposta pode está em parte explicado em cinco razões de acordo com o artigo da BBC, intitulado: *Cinco razões que explicam a queda da candidata Marina Silva nas eleições*, que seriam “Ataques de rivais, inconsistências do programa, pouco tempo na TV, disputas no PSB e imagem frágil” (BBC, 2014).

Os pontos levantados fazem sentido se consideramos também o tempo entre a morte e o dia da eleição, essa consideração pode parecer fria, mas é coerente, pois quanto maior o tempo que houve a perda, maior é a necessidade de rememorá-la se tiver interesse em usar com estratégia política. O luto diminuía e a necessidade de compensação a memória de Eduardo Campos diminuía, ao passo que os ataques dos adversários eram direcionados a ela, com intuito de transformar sua candidatura ou propositura em marola com apontou Aécio Neves (BBC,2014). Marina que já tinha disputado as eleições presidenciais em 2010 pelo Partido Verde (PV), já demonstrava uma imagem fragilidade, o que inconscientemente não era fácil associá-la a figura de liderança. O tempo de televisão reduzido foi motivo de perda nas intenções de votos, em contraponto, as manifestações via redes sociais permanecia em ascensão a memória de Eduardo Campos. As disputas internas embora forcem de conhecimento público eram facilmente atenuadas por meio de discursos, em sua maioria se utilizando do slogan “não vamos desistir do Brasil”, evidenciando que o que estava em jogo era mais importante que as ambições pessoais do membro do partido, podendo trocar por uma única palavra: Poder.

Depois da derrota nas eleições, resta começar a negociar as alianças a serem feitas, em prol de espaço no governo. Adversários já não existem, os 21% dos votos se tornam em vitrine, quem oferecer as melhores possibilidades de “barganha” política e agregarem alguns pontos do plano de governo de Eduardo-Marina, conquistaram o apoio da coligação e junto, na falácia discursiva, o desejo de um Brasil melhor de Eduardo Campos. Aécio Neves, conquista o apoio de Marina Silva, mas novamente sofreria uma derrota, à época para Dilma Rousseff, que mesmo vendo sua vantagem eleitoral diminuída gradualmente nas eleições de 2014, levado em parte pela morte de Campos, venceria. O luto não foi suficiente para Marina conseguir ser presidente, mas o necessário para a permanência da hegemonia dos herdeiros políticos de Eduardo Campos em Pernambuco. No fim a memória e imagem construída em torno do político promissor *in memoriam* continuaria a exercer influência em Pernambuco, mesmo que aos poucos tenham

sido menos lembrados a nível nacional, no que se refere a força de campanha e do luto que projetara seu nome na campanha nacional.

Como anunciamos acima esse capítulo tem a intenção de mostrar a fabricação do herói na política, é algo que esteve sempre posto como estratégia. Faz parte dos jogos de poder. No entanto, a especificidade do caso em questão, e do uso do luto/fabricando o herói Eduardo Campos se tornou mais notório e espetacular pelo tempo dessa construção: os dias de campanha, e os usos das mídias diversas. Todavia, esses elementos não foram capazes de traduzir em sucesso as intenções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o uso do luto ressignificado para a política, percebemos que mesmo um fato inesperado, como a morte, pode ser utilizado com a finalidade de legitimar uma reação política ao contexto vivenciado, pelos os personagens aqui analisados – João Pessoa, Juscelino Kubitschek e Eduardo Campos. O sucesso desse processo se deve ao uso correto dos discursos e da força política ou militar de seus opositores. A população cumpriu o seu papel, ao evidenciar uma empatia sincera e tomar para si validas qualquer que fossem os rumos que o país seguisse.

Iniciamos nosso estudo da questão apresentado o contexto do personagem João Pessoa. O estopim da revolução de 1930 não foi a morte de João Pessoa, foram sim as relações de poder político econômico representadas pela política do café-com-leite serem desrespeitadas. A corrupção eleitoral só passa a ser denunciada pela Aliança Liberal, quando estas já não atendem as suas necessidades políticas. João Pessoa por sua vez, que se apresentava como conciliador, por meio de suas medidas administrativas de controle e regulação financeira, conquistara desafetos tão influentes quanto ele. O que ocasionará a sua morte, por razões pessoais. O luto foi só o incentivo que precisavam para a revolução ou melhor para a tomada de poder via golpe que ela irá ocorrer mais cedo ou mais tarde, a diferença ficaria pelos resultados obtidos. Com a morte de João Pessoa, motivados e por sua “memória” o levante revolucionário se tornara possível.

Anos depois o país passaria novamente por um momento de censura e controle social, tendo a frente do governo os militares. Nesse período de ditadura militar (1964-1984) E no decorrer dos primeiros anos, desse governo, tornava-se mais dura e implacável a perseguição aos seus adversários e opositores aqueles que fossem considerados como uma ameaça ao regime instaurado. No campo dos políticos, primeiro cassava, depois exilava e por fim se insistisse em ficarem no solo brasileiro eram perseguidos ou seriam vítimas de acidentes e/ou mortes suspeitas, até hoje investigadas. Juscelino Kubitschek que tinha exercido uma gestão agradável aos discursos modernizados entre 1958-1961, externava em meio aos amigos a vontade de voltar ao poder, o que não se cumpriria. A versão de sua morte, como acidental foi aceita por medo de terem o mesmo fim. Todavia, o luto em torno de JK, denunciava a situação do país, o mundo se voltava em 1976 para o Brasil, a comoção em escala nacional foi amenizada, mas não deixava de ser uma ameaça ao regime militar. O luto silenciado e as notícias em revista da época trariam pistas do ocorrido, que só seriam vistas e denunciadas no processo de redemocratização do país, tão almejado por Juscelino Kubitschek.

Um outro episódio de luto inesperado, voltaria a influenciar a política nacional, desta vez sem o sucesso desejado, mas com uma força especulativa muito forte. Nas eleições presidenciais de 2014, o acidente aéreo de Eduardo Campos não foi questionado, mas o seu último discurso em rede nacional foi massivamente transformado em um mantra político por seus aliados. Em contraponto os seus adversários políticos se utilizam dos discursos memorialistas em torno de Campos, ao passo que se comprometem com o último desejo do ex-governador de Pernambuco, em sua famosa frase de que não iriam desistir do Brasil. Os cerca de cinquenta dias entre o acidente que vitimara Eduardo e a eleições em primeiro turno, foram tempo demais para consolidar uma estratégia frustrada de ganhar a eleição pelo luto. Restando somente aos seus herdeiros diretos na contenda política participar de acordos políticos em torno da memória do político morto, também sem ou com pouco sucesso.

Morre o homem, nasce o mártir ou mito, mas só pelo o discurso certo e proveito das manifestações de luto que se legitima as ações e conseqüentemente os resultados obtidos. Essas discussões e análises são muito abrangentes para serem discutidas em todos os seus detalhes e meandros de pesquisa neste trabalho monográfico, ficando, portanto, apontado a necessidade de novas pesquisas sobre a esta temática de estudo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Carmen Regina. **A disputa entre as Comissões da Verdade pela versão final sobre a morte de JK**. C&S – São Bernardo do Campo, v. 38, n. 2, p. 323-345, maio/ago. 2016

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.

\_\_\_\_\_, **Cenas de um espetáculo político: Poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. Tese (Doutorado em História). João Pessoa: UFPE. 2012.

BALANDIER, G. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

\_\_\_\_\_, **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARROS, José D' Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_, José D' Assunção. **História Política: Dos objetos tradicionais ao estudo dos Micro poderes, do discurso e do imaginário**. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína 1, 2008. Disponível em: <[www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histocce81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf](http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/histocce81ria-policc81tica-dos-objetos-tradicionais-ao-estudo-dos-micropoderes-do-discurso-e-do-imaginacc81rio.pdf)> Acesso em: 21. ago. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Ensaio sobre as Afinidades Eletivas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_, Walter. **Discursos sobre o conceito da História**. In: \_\_\_\_\_. Magia e técnica, arte e política. (Obras Escolhidas I). 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1940.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** A Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História:** Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CONY, Carlos Heitor. **JK – Memorial do Exílio. Revista Manchete.** Rio de Janeiro. Nº 12. p. 1-8. 1981.

DEBORD, GUY. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930 – O Silêncio dos Vencidos – Memória, História e Revolução. São Paulo, Brasiliense, 1994.

FAUSTO, Boris. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III, vols. 3 e 4. São Paulo: Difel, 1986.

\_\_\_\_\_. A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FERNANDES, Carla Montouri; Chagas, Genira. **A morte de Eduardo Campos e a narrativa do espetáculo político midiático do jornalismo à propaganda eleitoral.** Revista Alceu, Rio de Janeiro, v.15, p.77 a 91. jan/jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura de Almeida Sampaio. Edições Loyola (SP). 1996.

\_\_\_\_\_. **A microfísica do poder.** 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1993.

GOMES, Angela de Castro (Org.) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas / CPDOC.

\_\_\_\_\_, (Org.) **Vargas e crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX – 1914-1991**. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric e Ranger, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro., Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

JOFFLY, José. **Revolta e Revolução: Cinquenta Anos Depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**: tradução Bernardo Leitão- Campinas-SP, Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (direção) **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MELLO, José Octávio de Arruda. **João Pessoa perante a história**. João Pessoa-PB, Editora A União. 1978.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno**. Tese (Doutorado em História). Campinas-SP: UNICAMP. 1998.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo. Cia das Letras, 1994.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 25. set. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Em busca de Outra História: Imaginando o Imaginário**. Revista Brasileira de História, v. 15, nº 29, 1995, p. 9-27.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista de Estudos Históricos. v.2, n.3, 1989. Disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em: 25 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade social**. Revista de Estudos Históricos. v. 5, n. 10. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: 25 jun. 2016.

SILVA, Fábio Cesar da. **A morte de Eduardo Campos e as Estratégias de Fabricação de Um Novo Mito Político**. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da FAFICA, XIV Edição, 2015. p. 252-269. Disponível em: <<http://eepe.tmp.br/publicacoes/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

TAVERNA, Gelson; SOUZA, Waldir. **O luto e suas realidades humanas diante da perda e do sofrimento**. Caderno Teológico da PUCPR, v. 2, n. 1, p. 38-55, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/pc/Documents/VIII%20PERÍODO%20PSICOLOGIA/Meu%20TCC/Morte%20e%20luto/teologico-14546a.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História**. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2008.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

## **FONTES:**

### **Jornais:**

Acervo do Jornal A União  
Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

### **Revistas:**

Manchete  
O Cruzeiro

### **Sites:**

[www.administradores.com](http://www.administradores.com)  
[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)  
[www.belmontediario.com.br](http://www.belmontediario.com.br)  
[www.globo.com](http://www.globo.com)  
[www.noitesinistra.com](http://www.noitesinistra.com)  
[www.facebook.com](http://www.facebook.com)  
[www.vilamulher.uol.com.br](http://www.vilamulher.uol.com.br)  
[www.youtube.com](http://www.youtube.com)